

## ATA NÚMERO 17

### SESSÃO ORDINÁRIA DE 12 DE DEZEMBRO DE 2020

Aos doze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte horas, no Pavilhão da Escola EB2/3 de Amarante, a Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Marta Marinho, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente, Raimundo Magalhães, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Lucinda Fonseca, André Magalhães, Rita Batista, Nuno Queirós e António Ribeiro, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Olívia Carvalho, António Ferreira Soares Araújo, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Amélia Oliveira, Fernando José Moura e Silva, **Miguel Ângelo Teixeira Coelho**, Pedro Reis, Hugo Miguel Costa Carvalho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Sara Maia, Carlos António da Silva Carvalho, Sara Moreira Machado, José Joaquim Magalhães Teixeira, Inês Brochado Marinho Batista, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Cândido Augusto Pires Zoio, Carlos Marques da Silva Macedo, **Paulo Barreira**, Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho, Carlos Alberto Carvalho Machado, Joaquim Augusto Teixeira e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão  
CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga  
FREGIM – Sandra Castro Fraga  
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós  
GONDAR – António Silva  
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro  
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira – **FALTOU** – Justificou a falta  
Lomba – José Sidónio Oliveira Pinto Vasconcelos  
LOUREDO – Alípio Teixeira  
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães  
MANCELOS – Carlos César Carvalho  
PADRONELO – Armando Coimbra  
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva  
SALVADOR – Gabriel Edgar Fonseca da Silva Gomes  
TELÕES – Domingos Pinheiro  
TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha

VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo  
VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Monteiro – **FALTOU**  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO – Joaquim António Pinheiro - **FALTOU**  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Ângelo Magalhães  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Daniel Pinheiro  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Alfredo Carvalho - **FALTOU**  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Leite  
FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: Maria do Rosário Magalhães Loureiro, Carlos Alberto Rocha Oliveira e Dinna Coelho.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos com a análise e discussão da ata da reunião de 30 de setembro de 2020. Relativamente a esta ata nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra, tendo sido a mesma posta de imediato à votação. Foi aprovada com 46 votos a favor, zero abstenções e zero votos contra. Foi ainda aprovada em minuta por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

Aprovada a ata passou-se de imediato para o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

#### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse: "Eu quero vir aqui fazer uma referência a esta segunda onda do Covid 19, para desejar em primeiro lugar um rápido e total restabelecimento aos Amarantinos que tenham sido infetados, expressar condolências aos Amarantinos que tiveram familiares que faleceram devido a esta tragédia. Quero também expressar palavras de apreço aos profissionais que continuam na linha da frente no combate ao Corona vírus, mas também, aos profissionais que estão extremamente expostos aos vírus sem que tenham uma defesa ou proteção especial, como é o caso dos professores e auxiliares de ação educativa. Uma palavra de apreço também à Câmara e aos presidentes de Junta de Freguesia que tem estado sempre ao lado dos munícipes e dos fregueses, prestando sempre um apoio próximo e contínuo às famílias e às empresas, colmatando falhas e atrasos que o governo por vezes evidencia neste apoio.

De facto, na primeira vaga não estávamos preparados. A situação era imprevisível, mas tivemos tempo de nos prepararmos da primeira para a segunda vaga, mas parece-me que houve um défice notório nessa preparação e planeamento entre a primeira e a segunda vagas, com incidência também notória, infelizmente também para nós no Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa que viveu uma situação de caos e desespero e por isso lhe faço aqui uma referência especial. Andou tarde e mal, originado entre ou-

tras coisas o colapso do hospital de Amarante que serviu de hospital de retaguarda sem lhe terem sido asseguradas as devidas condições sanitárias. Se não correu ainda pior, foi devido à dedicação e profissionalismo dos profissionais de saúde. Não é este o momento certo para tratarmos deste assunto pois ainda estamos em guerra, mas quando tudo isto passar é necessário apurar falhas e responsabilidades e retirar as devidas consequências até porque poderão ter morrido pessoas por incompetência ou negligência o que a ter sucedido é lamentável e inaceitável. Isto poderá também servir para repensar o programa funcional do hospital de Amarante em face da incapacidade do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa para prestar serviços eficazes a toda a sua área de abrangência e a toda a sua população na casa dos quinhentos e vil mil habitantes, eventualmente alargando e até autonomizando as competências do nosso hospital reforçando as suas valências e meios de forma a prestar à população serviços idênticos aos prestados pelo hospital Padre Américo nos municípios do Vale do Sousa, ou seja, pode ser repensado em termos de funcionamento futuro que o hospital de Amarante possa prestar esses mesmos serviços com os mesmos meios em termos profissionais aos municípios do Baixo Tâmega. Seria uma forma de uma vez por todas valorizar e aproveitar o nosso hospital. Impõe-se, pois, uma profunda reflexão sobre este problema, sendo necessário continua a tomar medidas imediatas e repensar o planeamento futuro".

#### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse: "Quero em primeiro lugar começar por dizer que é em circunstâncias difíceis que hoje estamos nesta Assembleia Municipal. Estamos a fazer uma Assembleia Municipal e a cumprir a democracia, mas em pleno período de estado de emergência que nos coloca contingências particulares a vários municípios do país entre os quais o de Amarante, mas quero dizer que esperamos obviamente todos que ultrapassado este período não tenhamos de fazer uma nova Assembleia Municipal e estado de emergência. Era bom porque era sinal de que tudo estava melhor. Eu subscrevo a primeira parte da intervenção do senhor deputado Araújo no que diz respeito ao pesar por aqueles que neste momento tiveram de passar por situações difíceis com o falecimento de alguns familiares, reiterar os nosso agradecimentos àqueles que continuam a desempenhar as suas funções para que a nossa vida tenha a máxima normalidade possível e fazendo das palavras do senhor deputado Araújo queremos reiterar o melhor para todos os Amarantinos neste período mais complicado.

Eu tenho algumas questões para colocar ao senhor Presidente de Câmara não sem antes quer dizer algumas palavras relativamente àquilo que o senhor deputado Araújo disse na segunda parte da sua intervenção. Mas começaria por aquilo que mais interessa na Assembleia Municipal que é colocar questões ao senhor Presidente de Câmara. Não vou propriamente colocar nenhuma questão novas, mas sim repetir algumas do passado que espero ver agora respondidas sem ser com um discurso de "*nós vamos fazer isso*", mas sim, que nos mostre agora desenvolvimentos concretos sobre os temas que lhe vou colocar. Serei muito concreto até para corresponder ao desafio do senhor Presidente da Assembleia que nos pediu que fossemos sintéticos para podermos terminar esta Assembleia Municipal a tempo de cumprir o estado de emergência. Há duas assembleias atrás, questionei-o sobre a estratégia local de habitação. Gostaria de questionar novamente o senhor Presidente de Câmara se ela já está con-

cluída, se já foi entregue a tutela e qual o ponto de situação relativamente a este dossier? A segunda questão prende-se com as Termas de Amarante. Como o senhor Presidente sabe as Termas municipais constituem uma despesa anual ao município superior a quatrocentos mil euros. O senhor Presidente disse há duas Assembleias atrás que a despesa era avultada e que tinham de ser estudadas novas formas de modelos de gestão. Passados mais ou menos oito meses desde a última vez que falamos nisto, já há algum novo modelo que tenha pensado? Há algum novo modelo mais eficiente? O que é que pensou sobre isso?

Na última Assembleia questioneei o senhor Presidente de Câmara e na altura não obtive resposta pelo qual alguns espaços importantes da tutela do município não reuniam as condições de segurança face à situação de pandemia que vivemos, em particular o terminal de autocarros, que não tinha gel desinfetante, não tinha sinalização das cadeiras que podiam ser usadas e não tinha sinalização de lotação máxima no espaço interior. Sabemos que as pessoas têm de voltar à sua vida normal e volte a aumentar a utilização de transportes públicos e por isso, gostaria de saber se já tomou algumas diligências nesse espaço e outros onde eventualmente se tenha identificado que os procedimentos não eram os melhores.

A quarta questão prende-se com o concurso para os transportes de Amarante e aqui temos divergência, pois não sabemos se o município se devia ou não constituir como autoridade municipal de transportes. Nós achamos que não, mas a Câmara abriu o concurso nos trâmites e procedimentos normais. A única pergunta que eu gostaria de ver respondida, prende-se então com o facto de sabermos que no próximo dia 1 de março começará o transporte com uma nova operadora em Amarante. O senhor Presidente tem a garantia de que por parte da empresa já foram entregues todos os documentos? Em segundo lugar gostaríamos de saber qual frota a utilizar, idade dos autocarros e suas características, porque como vamos ter uma alteração profunda nesta área gostaríamos de saber o que de concreto vai acontecer.

Por fim, não queria deixar de responder àquilo que foi dito pelo senhor deputado Araújo relativamente ao Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa. Este nem será o tempo em que devemos fazer a análise sobre aquilo que foi a resposta dos cuidados de saúde. Eu discordo totalmente de que o país não se preparou para a segunda vaga. Não quer isto dizer que fosse possível em Portugal, ou em algum país da Europa ou do mundo, termo-nos preparado para algo que ultrapassa tudo aquilo que é a capacidade instalada para alguém dar resposta. É muito fácil para quem está sentado na oposição vir dizer neste momento, mas também aqui se vê a diferença entre quem quer estar ao lado do país e quem quer apenas fazer crítica. Mas seria muito fácil dizer que o país não se preparou para a segunda vaga. Então digam-me qual é o país do mundo que conseguiu preparar-se para a segunda vaga e que vai conseguir preparar-se para a terceira, sem haver vacina ou outras alternativas? Acho que este não é o tempo de fazermos politiquice e vir para aqui dizer que *“isto correu melhor ou isto correu pior”*. Nenhum país conseguiu responder de forma eficaz à segunda vaga. Responder de forma eficaz, é evitar mortes. Fazer política com este tema não é o melhor. O hospital que eu uso quando preciso, é o hospital Padre Américo e como todos, também quero que ele funcione com o máximo de valências, funcionalidades e muita segurança. Isso parece que é o que todos queremos. Mas também devemos ser capazes de reconhecer que, aqueles dez dias que a nossa região passou em que quase a totalidade dos dez conce

lhos do país com mais casos Covid, estavam todos na área de influência daquele hospital, devíamos ter em conta que o número de infetados na nossa região e naquele período, era superior aos valores do nível de infecção em Itália e em Espanha, quando houve um colapso completo do sistema. Os nossos valores eram superiores ao colapso do sistema Belga ainda nesta segunda fase. Mesmo assim, o hospital Padre Américo com muitas dificuldades não chegou sequer à situação em que chegaram esses países, que tinham muito mais capacidade de resposta de drenar doentes para outros hospitais. Subscrovo na integra que temos de melhorar as condições do hospital de Amarante, mas temos de pensar que uma das regiões mais pobres da europa, que é a região do Tâmega e Sousa viu-se com os indicadores piores do que teve Espanha, Itália e Bélgica na altura dos picos da pandemia e mesmo assim, uma das regiões mais pobres da europa teve um hospital que respondeu muito melhor do que responderam os outros hospitais. Isto não quer dizer que esteve tudo bem, mas não podemos fazer crítica sem reconhecer o que também se passou nesta região. Devo dizer-lhe, senhor deputado António Araújo, que fiquei orgulhoso porque o nosso país teve um sistema nacional de saúde, mesmo numa região mais oprimida conseguiu dar uma resposta. Pode ser melhorada? Pode e deve. Não seria justo que nós em circunstâncias difíceis não reconhecêssemos que foi dada uma resposta que muitos outros países não conseguiram dar”.

#### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

Usou de novo a palavra para dizer: “Eu frisei aqui que este não seria o momento oportuno para abordar este assunto e muito menos fazer política com isto. Mas o facto, é que infelizmente Portugal é um dos piores países da Europa neste âmbito. Como todos sabem recorreu-se tarde e a más horas ao apoio privado e social meramente e em grande parte devido a preconceitos ideológicos. Tudo isto afetou não só o apoio ao Covid, mas também, como é evidente às situações de não Covid, cujos atrasos toda a gente conhece e eu dispenso estar aqui a enumerar. Quando se fala que em Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras, eu também vi, ouvi e li entrevistas da administração do hospital já sabendo e já conhecendo o volume desses números a dizer que a situação estava controlada, que estava tudo bem e que não havia problema nenhum. Depois foi o que foi e aquilo que todos nós sabemos, o que fez com que até a senhora Ministra da Saúde tenha vindo ao hospital. Mas acima de tudo foi o que se ouviu e o que se falou. As pessoas que precisavam de recorrer ao hospital diziam que iam para “um matadouro”. As pessoas ao ter de ir para lá pensavam que iam morrer tal era o caos que ali se gerou. Isto é que é grave. Isto é que define o apoio, ou a falta dele. Eu lamento dizer isto, porque é o hospital da nossa referência, o hospital que nos serve e como é óbvio gostava que ele funcionasse muito bem. Estou a falar de uma forma objectiva e concreta. Este não é o momento para fazer qualquer aproveitamento político, mas quando isto passar, vão ter de ser atribuídas responsabilidades e vão haver consequências”.

#### **JOSÉ JOAQUIM MAGALHAES TEIXEIRA – PS**

No uso da palavra disse: “Venho aqui trazer três questões. A primeira tem a ver com a limpeza da EM 312, limpeza feita no domínio público, aliás bem feita, mas mesmo assim continuam a verificar-se situações perigosas vindas da parte do domínio privado. Estou satisfeito parcialmente porque de facto foi feita uma boa intervenção, mas

era importante acautelar a questão do domínio privado, que presumo eu pode fazer-se através da força da lei.

A minha segunda questão prende-se com o Call Center, porque numa altura em que a empregabilidade é uma questão muito importante, eu pergunto se essa avaliação já foi feita de uma forma mais profunda e ao abrigo do contrato que o município de Amarante fez com a empresa. Como Amarante fez um investimento de cerca de um milhão de euros com a captação dessa empresa, seria importante termos dados mais concretos acerca do seu funcionamento.

A última questão tem a ver com o segundo incêndio que recentemente aconteceu no túnel do Marão, que mais uma vez vem pôr à mostra falhas de energia dentro do túnel. A questão repete-se e é perigosa. Apelo ao senhor Presidente e à sua proatividade que junto de quem de direito verifique o que é que efetivamente se passa naquele troço da auto-estrada e que põe em perigo a circulação das pessoas dentro daquela infraestrutura”.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi então dada ao senhor Presidente da Câmara, de modo a que ele pudesse responder às questões que anteriormente lhe foram colocadas.

### **JOSÉ LUÍS GASPÁR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra disse: “Para dar resposta a algumas das questões que me foram colocadas, há algumas que são de áreas afetas às funções dos meus colegas de vereação e por isso vou dar a palavra em primeiro lugar à senhora Vereadora Dra. Lucinda Fonseca, para que ela responda às questões da área da saúde. Depois falará a Dra. Rita Batista. Relativamente ao Call Center prestará esclarecimentos o senhor Vereador André Magalhães e depois terminarei eu, para esclarecer uma ou outra questão que tenha ficado pendente. Assim, a senhora **VEREADORA LUCINDA FONSECA**, começou por dizer: “Relativamente à questão da estratégia local de habitação quero dizer que era intenção do Executivo ter preparado este documento para levar à última reunião de Câmara, intenção que entretanto não pôde ser concretizada porque acerca de três semanas fomos alertados pela equipa de investigação do **SINCLAB**, que é quem tem a seu cargo a responsabilidade de elaborar este documento estratégico, tendo sido contratados para esse efeito e por isso fomos alertados pela equipa que os dados que foram recolhidos foram alvo de uma pirataria informática por parte de um colaborador da instituição e que o processo está neste momento no Ministério Público. A questão da recolha dos dados não está em questão, mas sim o tratamento que foi feito. Vão ter de ser revistos todos os dados a inserir no documento, porque uma outra estratégia que estava a ser efectuada pela mesma equipa para um outro município deu a conhecer que os dados não correspondiam. Neste momento e por esse facto o processo está parado. Se pretenderem uma orientação em termos de conclusão, na próxima Assembleia Municipal acreditamos ter o documento preparado para isso.

Em relação às termas, é de facto um equipamento que entendemos como estratégico para o nosso concelho e por isso foi feito o investimento que neste momento serve a população. Entendemos que não é o momento para apresentar uma nova orgânica em termos de definição da sua gestão e também entendemos que um equipamento daquela dimensão e daquela importância carece de estabilidade, os procedimentos que temos propostos são para que se mantenha durante este mandato tal co

mo está, com uma equipa que tem respondido de uma forma eficaz e eficiente àquilo que pretendemos. Portanto, neste momento não pretendemos alterar a sua gestão.

Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado José Joaquim, quero dizer-lhe que temos em curso um processo de grandes dimensões em termos de intervenção, que neste momento estará a meio da sua execução. Esta semana foi interrompido por causa do mau tempo. Logo que possível o processo vai continuar e estão incluídas todas as árvores que foram sinalizadas, quer pelos serviços, quer pelas reclamações que nos foram chegando. Será dada continuidade ao processo logo que as condições meteorológicas o permitam”.

Usou de seguida a palavra a senhora **VEREADORA RITA BATISTA**, que no uso da palavra disse: “Na sequência do alerta do senhor deputado Hugo Carvalho, que agradeço, quero dizer-lhe que foi feita uma visita por parte de alguns técnicos do município, ao terminal rodoviário, para aferir das necessidades do espaço no que à segurança sanitária dizia respeito. Na sequência dessa visita, verificou-se que havia a necessidade de colocar ali sinalética e álcool gel, o que foi feito. Os serviços garantem, e acabei de perguntar isso, que está lá colocado o álcool-gel e a sinalética inclusive a da lotação. Se me diz que não está, não sei o que lhe diga, mas garanto-lhe que o espaço será avaliado já na segunda-feira. Os serviços ficaram de me mandar fotografias e logo que as receba também as mostro.

Quanto ao concurso da rede de transportes e em relação à frota, esta responderá às características das peças processuais que cá foram trazidas o ano passado e de que terá com certeza conhecimento. É do meu conhecimento que se terá já concretizado a aquisição de veículos novos para o transporte urbano no centro da cidade. Quanto ao restante procedimento, está a ter lugar na contratação pública e aguardamos que o processo esteja totalmente instruído para ser assinado e levado a visto do Tribunal de Contas. Consta também das peças de concurso que a concessão se iniciaria ou em janeiro, abril ou agosto e não em março como o senhor deputado disse. De qualquer maneira é um processo que está a seguir a tramitação administrativa normal e logo que esteja finalizado será comunicado”.

Seguidamente usou da palavra o senhor **VEREADOR ANDRÉ MAGALHÃES**, que disse: “Sobre o Call Center da Altice, quero dizer que durante este período tivemos duas reuniões de balanço, que foram um bocado condicionadas pelo momento que estamos a viver, e temos já uma outra marcada para a próxima quinta feira de manhã, onde serão debatidos alguns dos dados que nos foram facultados pela empresa. Nós solicitamos um relatório e os dados disponíveis, não só sobre o estado actual, mas ao longo de toda a evolução temporal, mas também dados concretos sobre a contratação. O protocolo envolve três entidades, a Randstad, o município de Amarante e o IET. O município não faz parte do protocolo de arrendamento porque apenas envolve o IER e a Randstad. Nós temos dados da contratação, quer seja de pessoal assistente, quer seja do pessoal da gestão que será partilhado na próxima reunião de Câmara. Temos alguns dados sobre o que temos em termos de contratação, mas sumariamente hoje em dia, o Call Center tem efetivamente 92 pessoas a trabalhar, dos quais 90% são trabalhadores com contrato sem termo. Cinco por cento com contrato a termo e os restantes 5% em contratos de formação. No relatório dizem-nos que tem intenção de fazer aumento de pessoal, nomeadamente ao nível da equipa técnica porque tiveram vários desafios ao longo dos últimos tempos. Temos também dados acerca da distribuição

geográfica desses trabalhadores no território, sabendo que eles fazem a distribuição nomeadamente no que diz respeito às freguesias, sendo que a maioria são trabalhadores de origem em Amarante. Sobre o impacto de alguns dados que estamos hoje em dia a monitorizar, verificamos que a Randstad está a fazer um investimento em termos de massa salarial e encargos com pessoal na ordem dos setenta e cinco a oitenta mil euros por mês. Estamos a falar de um investimento na casa dos três milhões de euros durante este período e nesta massa salarial. Existe efetivamente uma discrepância entre os postos de trabalho criados e os inicialmente pretendidos. Esse é um aspeto com que vamos confrontá-los na próxima reunião. Fruto dessa reunião, acredito que brevemente possamos trazer aqui dados novos. Estes documentos estão disponíveis na próxima reunião de Câmara”.

### **JOSÉ LUÍS GASPÁR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, o senhor Presidente disse: “Relativamente ao centro Hospitalar, não será esta a melhor altura para estarmos aqui a fazer balanços e a apurar responsabilidades, embora tenhamos de estar sempre atentos e vigilantes. Nesse sentido, quero dizer-vos senhores deputados, que o município de Amarante fez aquilo que lhe competia, assim como fez agora por causa da questão da possível vacina que poderá chegar em meados de fevereiro, mas nós já estamos atempadamente a disponibilizar às entidades competentes como seja a ARS e o ACES da nossa disponibilidade a todos os níveis para podermos ter condições de modo a poder acelerar a aplicação da vacina. Nós antecipamos sempre alguns momentos, até porque entendemos que é essa a nossa obrigação, sendo que isso não é exclusivo de Amarante, porque a nível nacional os senhores autarcas terão esta preocupação, assim como relativamente ao Centro Hospitalar o fazemos. Tive oportunidade de enviar um email em tempo útil ao senhor Diretor do Centro Hospitalar, no sentido de tentar apurar a realidade dos factos e mostrar a nossa disponibilidade para podermos atuar e ajudar. Qual é o meu espanto e tive oportunidade de mostrar isso num conselho Municipal restrito da Proteção Civil, mostrando algum desconforto relativamente à forma como isto era usado, em que estava tudo muito bem e estou agora a falar da segunda vaga e nessa altura fui aconselhado em tom de brincadeira a dizer aos Amarantinos que desinfectassem e lavassem as mãos, usassem máscara e mantivessem o distanciamento. Eu não gostei da forma como isso me foi dito, porque como Presidente da Câmara não preciso que me digam que é preciso alertar os munícipes que mantenham as regras emanadas da DGS. Não era essa a resposta que eu estava à espera, mas, mesmo assim fiquei descansado. Nessa semana, vários órgãos de comunicação social nacional, perguntaram-me o que é que se estava a passar no centro hospitalar e no caos que se dizia estar a acontecer e ainda sobre a unidade de Amarante. Disse-lhes que estava tudo bem e que em relação a Amarante como não é um hospital Covid também estava tudo bem. No dia anterior tinha recebido a carta do senhor Diretor do Conselho de Administração a aconselhar a lavar as mãos. Nesse mesmo dia estavam a transferir doentes para Amarante, até porque ia haver a visita da senhora Ministra. Criaram o caos no Hospital de Amarante, porque esta transferência, segundo aquilo que eu sei, foi feita sem qualquer critério e que viria a provocar infeções em massa em Amarante. Foi isto que aconteceu. Estamos hoje a padecer por causa de toda esta responsabilidade. Ainda bem que a comunicação social não tem falado nisto. E mais não digo. Há-de haver uma altura,

depois de passar a pandemia, que eu vou pedir a todos os senhores deputados que se juntem comigo, para que em conjunto possamos reflectir sobre este tema. Há coisas que têm de mudar em Amarante. Portanto, relativamente à saúde, também partilho de alguma preocupação em relação àquilo que acontece e à desarticulação da forma de atuar, até porque tenho casos bem presentes em Amarante da incapacidade que têm de resposta. Depois, empurram tudo para a Câmara, como se nós tivéssemos médicos e enfermeiros para poder ajudar nessa área. Um dia, quando isto passar conto-vos a história toda. Portanto, não façam essa defesa, porque está tudo mal em termos de quem é quem e quem tem a obrigação de atuar. Não vou dizer que é a senhora Ministra da Saúde que tem toda a responsabilidade, mas há toda uma estrutura organizativa a nível nacional muito centrada naquela coisa de que "eu é que sei". Numa altura destas não devíamos estar aqui à procura de quem é que fala com quem, porque até nesta história da saúde continuamos a ser burocratas quando há gente que está a morrer. A grande questão é esta. Estou indignado quando vejo que não há capacidade de resposta e não sabem que volta é que hão-de dar às coisas e depois alguns empurram para as Câmaras.

Relativamente às termas, quando falam nos quatrocentos mil euros, será o valor da despesa, mas não falam da receita. O valor do diferencial não lhe sei dizer. Há uma coisa que eu sei. Sei que as termas são muito importantes para Amarante. É verdade que estamos a tentar desenvolver as melhores formas de atuar, mas neste momento e talvez ainda para o ano, não é a altura de mudar. Vamos continuar com o mesmo modelo organizativo nos próximos dois anos até termos capacidade para realmente perceber se internamente temos condições de implementar um modelo diferente. Nos próximos dois anos não temos capacidade para fazer diferente, até porque há um conjunto de situações que têm a ver com a descentralização dos serviços e com a organização dos espaços. Irei apurar os números porque entendo que se deve ser rigoroso. Dada a situação que hoje se vive, sei que a exemplo de outros lados, a receita caiu drasticamente.

Relativamente ao túnel eu não tenho resposta. Sei que quando acontece alguma situação de acidente ou outra, são os bombeiros que são chamados. Vou tentar saber o que é que realmente aconteceu, mas não será da minha responsabilidade. Poderei eventualmente ajudar de alguma forma e logo que tenha conhecimento de alguma coisa também lhe comunico".

#### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse: "Gostava de fazer algumas considerações sobre aquilo que foi dito. Começaria pela última parte, aquela que o senhor Presidente escolheu para ter a sua intervenção e que diz respeito aos cuidados de saúde. Seria estranho que algum país do mundo conseguisse ter um sistema de saúde que respondesse a uma coisa que nunca pensamos que viesse a existir. Portanto é normal que ninguém tivesse uma resposta eficiente. E também é normal que toda a gente tenha de trabalhar na incerteza e só isso, já causa dificuldades a toda a gente. Eu não quero vir aqui dizer que tudo corre bem. Não é verdade. Mas também acho que não devemos sacudir a água do capote de uns para outros. Os senhores autarcas são e têm sido extraordinários em tudo o que é preciso por uma razão simples; porque são os que estão mais próximos, porque são aqueles que mais facilmente conseguem deitar a mão a alguma coisa. Nós

podemos pensar num caso mais simples que é o precisar-se de um carro e quem o tem de imediato é uma autarquia e não uma ACES, ou um hospital. Sejam os autarcas da Câmara Municipal sejam os das Juntas de Freguesia. Porque quando é preciso fazer uma vacinação, sem que seja preciso ir aos centros de saúde, são os senhores Presidentes de Junta que articulam tudo para que nas suas freguesias tudo corra bem. Os autarcas são essenciais em toda a linha. Não quer isto dizer que muitas vezes as boas vontades e as soluções que os autarcas apresentam sejam aquelas que depois são compatíveis com aquilo que deve ser a prestação dos cuidados de saúde. Nós vimos muitos casos, ainda na primeira fase em que voluntariamente foram criadas muitas estruturas, que nunca foram usadas e que se fossem para ser usadas não havia sequer recursos humanos para as por a funcionar. Lembro-me dos hospitais de campanha, que toda a gente dizia serem necessários, mas onde ninguém se preocupou em saber se havia recursos humanos para os por a funcionar. Portanto, cada um deve procurar ter a sua responsabilidade e nas alturas devidas quem está mais próximo do território deve colaborar o máximo que é preciso. Compreendo que a Câmara de Amarante tenha disponibilizado muitas coisas, mas também houve outras que estavam na sua exclusiva esfera de contactos com os municípios e que não foram feitas. Vou dar um exemplo: os municípios de Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras tinham um nível elevadíssimo de casos, que em determinada altura Amarante veio a acompanhar, mas felizmente não com a mesma gravidade, mas aí foram estabelecidos centros de contacto com as pessoas que estavam infetadas muito mais profícuos nesses concelhos do que em Amarante. Era uma obrigação do senhor Presidente de Câmara? Não era, mas podia-o ter feito. Não quero com isto identificar as falhas de uns ou as falhas de outros. Acho que toda a gente procura dar o seu melhor para responder a uma situação difícil. Por isso, acho que é de certa forma deselegante que a única comunicação que eu tenha visto do senhor Presidente de Câmara aos municípios numa altura difícil, foi para criticar um hospital, quando devíamos dar confiança e não para se dirigir aos amarantinos em momentos que o devia ter feito. O senhor Presidente escolheu entre a única comunicação que devia ter feito aos municípios, escolheu fazê-lo para criticar o hospital que deve ter a confiança de todos nós. Deixe-me também dizer-lhe que o conselho de lavar as mãos é o melhor conselho que podemos dar. Em todas as alturas em que o senhor Primeiro Ministro informa sobre as medidas que está a indicar ao país, o primeiro conselho que dá e também com o qual termina, é precisamente aquele que se relaciona com as questões de higiene pessoal que cada um deve fazer, porque esse é o melhor instrumento. Algumas considerações sobre as respostas que foram dadas. Foi dito que “só não foi entregue a estratégia local de habitação porque houve um problema”. Eu devo lembrar, que independentemente de tudo isso, já há 140 municípios do país que já entregaram ao IHRU a sua estratégia local de habitação. Dizer que há municípios e não são só os grandes municípios como o Porto ou Lisboa, que já estão a assinar protocolos para financiamento e para execução das suas estratégias locais de habitação. Infelizmente Amarante não está nesse primeiro lote, não estará no segundo e nem estará no terceiro. Não sei se quando Amarante entregar não estejam já entregues quase todos. Não sei se Amarante não será o trigésimo oitavo a entregar. Vamos ver. Nos primeiros cento e quarenta não estão e isso não é uma boa notícia para Amarante. A senhora Vereadora pode querer fazer tudo o que disse. Mas que o facto de

ainda não termos entregue, não é uma boa notícia. Neste caso, não podem mandar a culpa para o PS porque já governam a Câmara há sete anos.

Relativamente às termas, não está aqui em causa se as termas são estruturais, se não são estruturais, para Amarante, ou se são ou não um investimento importante. O que está aqui em causa é que há menos de meio ano atrás, o senhor Presidente dizia aqui que efetivamente que elas eram uma despesa muito pesada, que tínhamos que reequacionar, que tínhamos que avaliar e que se calhar deviam ser integradas na estrutura interna do município. Estamos a falar numa coisa que pode custar meio milhão de euros por ano, mas afinal continua a dizer que neste ano ainda não vai ser e que no próximo também não. Isto é pouco, para quem há tempos atrás disse que era necessário reequacionar. Para terminar, quero dizer que nunca disse que os equipamentos não estavam no terminal rodoviário. Perguntei apenas se existiam ou se estavam instalados. Quero também perguntar se a empresa que ganhou os transportes já apresentou todos os documentos relacionados com o concurso?”.

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse: “Esta pandemia devia atenuar um pouco a forma como atuamos e abordamos os problemas, bem como contermo-nos relativamente a alguma demagogia que por aqui se vai ouvindo. Por isso é que eu cá vim de novo. O senhor deputado não deve estar em Amarante, porque a mensagem do senhor Presidente em relação ao hospital é só uma pequeníssima parte. Quando o senhor deputado diz que o senhor Presidente só se dirigiu aos amarantinos para criticar o hospital, é na minha opinião pura demagogia. Aliás, esta narrativa nestas assembleias é recorrente. Também é recorrente que todos os outros são melhores do que Amarante. Então se forem de determinada cor, são mesmo muito melhores do que Amarante. Para mim não. Amarante, é a melhor mesmo quando comete erros, que facilmente se corrigem. Amarante, é sempre a melhor. Não vou mobilizar os munícipes dos outros municípios para ganharem as eleições em Amarante. Vou mobilizar os amarantinos. Vou fazer tudo o que puder por Amarante. Não vou criar outros municípios noutros municípios por serem de outra cor, em prejuízo de Amarante. Em Amarante, está a fazer-se muita coisa certa. Como é evidente há e vai continuara a haver algumas falhas, que serão corrigidas. Eu gosto de Amarante e dos Amarantinos e até nem sou de cá. Estou cá há mais de trinta anos e gosto de Amarante e dos Amarantinos. E mesmo a fazer política, quando o meu partido era governo, pus sempre e perei sempre Amarante e os interesses dos Amarantinos em primeiro lugar independentemente de quem esteja a governar. É isso que eu pratico e que gostaria que praticassem, porque para quem é amarantino acho que é um objectivo evidente.

Quanto às termas, concordo que seja preciso avaliação, mas não percebo o porquê de tantas questões. Era um investimento que andava para ser feito seguramente à trinta anos. Andaram-se a pagar, durante este período, avenças que certamente custaram muito dinheiro. Agora, que estão a funcionar, há-de haver um período de avaliação do equipamento que não se faz em dois ou três anos. Ainda por cima, nesta altura, não vamos mexer em estruturas de termas como é evidente, nem analisar orçamentos ou custos numa altura destas, sabendo todos nós que o ano de 2020, foi o que foi”.

## **FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP**

No uso da palavra disse: “Vou usar da palavra para de alguma forma clarificar uma dúvida que subsiste depois das intervenções anteriores acerca do combate que todos precisamos de dar a este flagelo que é o Covid. E precisei também de vir aqui para verificar se de facto estamos a falar dos hospitais do Tâmega e Sousa e da rotura que de facto se verificou. A primeira palavra é de reconhecimento e apoio a todos os trabalhadores, independentemente de eles serem médicos, enfermeiros ou administrativos. Todos eles merecem o nosso apoio porque são eles, o garante de ainda estarem a ser prestados bons serviços. Mas não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação acerca dos critérios da organização, da mobilidade e da utilização dos recursos da região. Aliás, os próprios técnicos os manifestavam regularmente. Já em outubro, os médicos do hospital do Tâmega e Sousa diziam que estavam a viver um clima pior do que o de Itália. Se assim foi e isto não é rotura, então o que é rotura. Os factos foram-se repetindo, as manifestações dos próprios funcionários foram crescendo, o que levou a que a senhora Ministra viesse a Amarante para tentar resolver o assunto. Devemos reconhecer este facto como um facto anormal. É verdade que a região teve um número crescente comparativamente ao resto do país, mas a verdade é que este facto existiu. Ignorá-lo, não o discutir ou não o avaliar, é o primeiro passo para contribuir para que no futuro, se algo semelhante vier a acontecer, nós estejamos confrontados com o mesmo problema. Eu próprio, tive um irmão que foi convidado a ir ao hospital, já sabia o que tinha e por isso perguntou onde era o túnel ou o acesso para doentes Covid. Ninguém lhe sabia responder e mandaram-no por uma entrada comum a todos, que dava acesso a uma sala de espera onde estavam doentes com outras sintomatologias e isso iria dar problemas. Insistiu que não entraria por ali, mas continuavam a dizer-lhe que de momento ainda não havia outra entrada. Sendo assim, entrou por ali. Tenho também um amigo, que não tinha lugar aqui nos hospitais de região e acabou por ir para os cuidados intensivos em Coimbra. Os problemas continuam a existirem, continuam e sendo assim não podemos ficar indiferentes a eles, independentemente de alguns pensarem que estamos aqui numa atitude política de uns contra os outros. Este é o momento de agregarmos forças, identificar e diagnosticar o problema e ver como é que vamos atenuar os problemas com que estamos confrontados, para que no futuro não se repitam. O que me levou a estranhar é que o governo impôs a todas as outras unidades, quer públicas quer privadas, planos de contingência e deu a entender que em relação à mobilidade, à funcionalidade e à necessidade de interação que devia haver entre as várias unidades do Tâmega e Sousa, esse plano de contingência ou não existia, ou aparentemente não estava a ser posto em prática. Em resumo: não há nenhuma crítica a quem no dia a dia se esforça para que os serviços hospitalares funcionem bem, mas não devemos ignorar que de facto isto não correu nada bem”.

## **JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra e em resposta a algumas das questões colocadas pelos oradores anteriores, disse: “O Presidente da Câmara sabendo que as coisas não estão a correr bem no seu município e naquilo que diz respeito ao hospital de referência à nossa terra que é o hospital de Amarante, deve manter-se calado? É essa a sua opinião senhor deputado Hugo? Devo fazer de conta que não sei? Agora, entendo que não devo vir para aqui dizer tudo, até porque é importante preservar algumas entidades, acho

que não devo ir mais longe do que aquilo que até agora fui. Agora, pergunto-lhe se por acaso tivesse uma função como a minha se iria manter-se calado. Seguramente que iria porque entende que poderia estar a beliscar alguém do seu partido. Mas não é assim que um autarca se deve posicionar. Deve estar na defesa dos seus munícipes.

Relativamente à segunda questão, quero dizer-lhe que está muito mal informado acerca do procedimento usado quando se criaram os espaços para não Covid. Esses espaços não Covid são mesmo isso e foram criados para o caso de numa IPSS, onde fossem detetados casos, pudessem ser retirados de imediato, para um lugar seguro, as pessoas não infetadas. Quem viria tomar contas dessas pessoas era pessoal afeto à unidade em causa, porque foi isso que foi tratado. A parte da limpeza e higienização, obviamente que seria a Câmara. Esses espaços que então foram criados nunca seriam usados para a doença Covid, porque isso é da competência restrita dos agentes da saúde. Ao senhor deputado fica muito mal não saber como é que as coisas funcionam. Falou-se aqui de um acidente no túnel do Marão de que eu não soube. Estavam a dizer-me que houve um acidente ontem e que foram chamados os bombeiros. Quero dizer aqui que os bombeiros não precisaram de lá ir, porque a equipa que está lá em permanência teve capacidade de resposta. Disse isto a um senhor deputado e não foi para faltar ao respeito a ninguém, até porque eu respondo às pessoas. A última nota que eu queria dar era para lhe dizer que o senhor deputado está muito mal informado daquilo que é a intervenção do município de Amarante, naquilo que diz respeito ao Covid. Deixe-me dizer que nós temos duas equipas constituídas em que a ARS quer replicar o modelo que foi feito em Amarante relativamente às escolas e à IPSS. Aliás, foi através das equipas então constituídas que nós descobrimos algumas coisas, que entretanto resolvemos e muitas outras que eu agora não posso dizer. Além disso, o senhor Secretário de Estado e o senhor Presidente do ACES pediram numa quinta feira, para que na sexta feira as pessoas afetas a essas áreas fossem para formação, que se prologarão por sábado, e segunda que era de dia de “ponte”. Ia ser criada uma equipa de trinta pessoas, composta por quinze militares, cinco médios dentistas e dez técnicos das Câmaras do ACES do Tâmega que iriam constituir equipas de rastreio epidemiológico de contactos em que a ARS pediu que dois dos nossos técnicos ficassem a coordenar essas equipas. Isto para lhe dizer, senhor deputado, que o município de Amarante está na primeira linha naquilo que é a sua obrigação, preocupado e muito assertivo naquilo que é a determinação daquilo que temos que fazer. Não estamos aqui a fazer propaganda política ou a dizer que é em janeiro ou em fevereiro. Estamos aqui para responder na hora àquilo que é preciso fazer. Portanto, nem a si nem a ninguém admito que ponha em causa a intervenção e a capacidade que o município de Amarante tem tido relativamente a esta matéria. Estamos a falar de vidas humanas e eu a si não lhe permito esse tipo de veleidade e de considerações relativamente à postura do senhor Presidente da Câmara. E tenho dito”.

#### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse: “Vou usar da palavra em defesa da honra. O senhor Presidente teve uma postura miserável com a minha pessoa. Em primeiro lugar porque não ouviu rigorosamente nada do que eu lhe disse, porque tudo aquilo que respondeu era o queria dizer e aproveitou para dizer sem que eu o tivesse questionado. Eu não questionei absolutamente nada, mas nada do que o senhor Presidente disse. Devo di

zer-lhe que o Partido Socialista veio para esta Assembleia com uma postura séria e coerente, sem baixar o nível em algum momento da Assembleia, sem se exaltar com ninguém, colocando questões de forma objectiva sem andarmos aqui com subterfúgios políticos. O senhor Presidente da Câmara mais uma vez mostrou que não tem a postura calma, séria e coerente. Nenhum deputado municipal fez nada que o levasse a ter a postura que teve. Lamento mais uma vez que o senhor Presidente da Câmara, à semelhança das Assembleias anteriores não se consiga controlar e ter o respeito que deve ter pelos deputados municipais que aqui estão”.

#### **ANTÓNIO ARAÚJO - PSD**

No uso da palavra o senhor deputado disse: “Nem o Covid acalma a nossa oposição. Quem teve uma postura miserável com o senhor Presidente da Câmara foi o senhor deputado. Quero dizer-lhe que há publicação do ACES do Baixo Tâmega com uma fotografia da ponte de Amarante com o seguinte título: *“Câmara Municipal de Amarante um outro nome para a solidariedade”*. *O agrupamento dos centros de saúde de Amarante, Baião, Celorico, Cinfães, Marco de Canavezes e Resende. Em tempos de solidariedade a Câmara de Amarante tem sido um exemplo de colaboração, de disponibilidade, de empenhamento e de absoluta abertura às urgências que irrompem a cada momento. A pronta resposta da Câmara Municipal de Amarante a todas as exigências que os tempos nos colocam prontificando-se desde o primeiro momento a servir e a colaborar, proporcionou aos nossos utentes a possibilidade de serem vacinados nos seus domicílios, colocando aos dispor das nossas equipas de vacinação sempre que necessário um veículo de nove lugares e respetivo motorista. A imediata e eficaz resposta dos elementos que constituem o elenco camarário, em especial a senhora Vereadora da saúde, permitiu perceber que liderança tem em Amarante um outro nome – solidariedade. Quem o diz é o ACES, entidade de saúde. Está tudo dito e o resto é conversa da treta”*.

#### **RITA BATISTA - VEREADORA**

No uso da palavra disse: “Eu vejo o senhor deputado Hugo Carvalho preocupado com o procedimento de concurso relativo aos transportes mas não vejo a perguntar o mesmo em relação a qualquer outro procedimento de contratação. Tanto neste como em qualquer outro procedimento concursal, a verificação da instrução e dos elementos que estão entregues, é primeiramente uma verificação técnica e administrativa. Não deixo de estranhar a insistência na pergunta se na instrução de um procedimento administrativo foram ou não entregues os documentos todos, porque não é uma pergunta normal. Como em todos os procedimentos, é verificado se todo o processo foi bem instruído, para que o contrato possa depois ser assinado, que ainda não foi, e depois irá a visto do Tribunal de Contas. De qualquer forma não deixo de registar a sua preocupação mas terá de perceber que isso é uma questão técnica e administrativa em primeiro lugar. De qualquer forma, obrigada pelo alerta”.

De seguida, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra para dizer que o centro hospitalar Tâmega e Sousa, nasceu da fusão do hospital Padre Américo com o hospital de S. Gonçalo. Em decreto-lei é assim que está – hospital Padre Américo, hospital de S. Gonçalo. O velho hospital de S. Gonçalo que foi substituído por um novo hospital, mas o centro hospitalar Tâmega e Sousa continua a ser o hospital

Padre Américo e o de Amarante, hospital S. Gonçalo. Foi uma das minhas guerras com o Conselho de Administração do hospital Tâmega Sousa. O hospital de Amarante chama-se hospital S. Gonçalo e por isso agradecia aos senhores que vem falar do hospital de Amarante o tratem por hospital de S. Gonçalo porque é assim que é legal.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou ao período destinado à **INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** presente que previamente se inscreveu para usar da palavra. Inscreveu-se o senhor **ANTÓNIO ADELINO**, que disse: “Tenho uma questão a colocar ao senhor Presidente sobre o aterro sanitário. Aquela zona em tempos era um oásis. Hoje e desde que foi ali construído o aterro, toda aquela zona se alterou. Uma ribeira que ali passa é hoje um curso de água com um cheiro nauseabundo, análogo a uma fossa. Esse curso de água vai desaguar ao Tâmega. Conheço aquela zona há muitos anos e ultimamente ao passar por lá, tenho visto camiões de aterro a atravessar a estrada. Há uns dias atrás, porque tive mais tempo livre, fui ver o porquê desses camiões transportarem terra de um lado para outro. Chegado ao local vi uma terraplanagem, com uma área superior a um campo de futebol. Desse terreno vê-se a ecopista. Perante o que vi, pergunto: será que o tempo útil do aterro esgotou ou está perto disso? Será que o aterro, ou parte dele vai passar para essa terraplanagem que está quase em cima do rio? Sei que aquela área é da jurisdição de Celorico de Basto, mas será que o senhor Presidente tem algumas informações que nos possam esclarecer acerca do que ali se está a passar?

Terminada a intervenção do munícipe, foi dada a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse: “Efetivamente o aterro está neste momento numa fase de carga máxima e está já licenciado um novo espaço, e por isso é que viu movimentações de terras, para ampliação do aterro. O processo seguiu os procedimentos normais com pareceres das entidades competentes. O espaço pertence ao município de Celorico e como sabe a nós não nos pedem qualquer tipo de licenciamento, mas seguramente estará em conformidade com aquilo que é a lei. Nesta área as entidades envolvidas são bastante rigorosas e principalmente a APA, no que diz respeito aos cursos de água. Claro que há aqui uma situação que o senhor Adelino realça que é cursos de água no sentido de saber se ele está contaminado. Lembra-me aqui há uns quatro anos, numa altura em que uma bomba avariou, ter havido contaminação do riacho. Nessa mesma altura, numa assembleia da Resinorte falei nisso e disseram-me que efetivamente aconteceu, mas que já estaria resolvido. Pode eventualmente estar a acontecer pontualmente uma situação análoga. Pedia-lhe que ao passar por ali se constatar escorrências nos comunique para podermos de imediato tomar diligências, ou então pedir às entidades competentes que o façam. De qualquer das maneiras na próxima assembleia da Resinorte iremos falar daquilo que acabou aqui de dizer”.

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

Inscreveram-se para usar da palavra relativamente a este ponto os senhores:

**CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse: "relativamente a este ponto apenas vou abordar uma questão até porque vamos ter uma discussão importante no ponto seguinte. Estamos praticamente a terminar este ano e por isso importa que estas questões sejam focadas até porque disso depende a execução do nosso orçamento aprovado o ano passado em dezembro. Devo também dizer que aquilo que aqui hoje se passou foi lamentável relativamente à postura e à manutenção dessa postura relativamente a algumas instituições públicas que nos merecem total respeito. Devo dizer que o Estado Português e Portugal têm sido um exemplo para o mundo. Não sou eu que o digo, mas sim, alguns especialistas internacionais e se não fosse o reforço financeiro que foi feito no SNS, nós não estaríamos tão bem como estamos. Infelizmente houve um momento difícil e num certo espaço de tempo tivemos cerca de 10% dos internados a nível nacional num hospital que não estava de todo preparado para isso. Cabe a todos nós a questão de segurança, e não fosse o senhor deputado Hugo Carvalho, trazer aqui a esta assembleia o alerta para estarmos preparados nomeadamente no que diz respeito à colocação de suportes para a higienização de serviços que são essenciais às pessoas. Se não houver essa prevenção não haverá nenhum plano que resista. Portanto, a culpa é de todos e não é de ninguém.

Relativamente ao relatório de atividades, quero apenas abordar a execução relativa a este ano que agora termina. Olhando atentamente para estes números, que se referem à data de 31 de outubro, portanto a dois meses do fim da execução do orçamento, reparei que até essa data só foram executados vinte e nove milhões de euros em termos de receita. Cerca de 57% do orçamento de 12 meses. Estamos com 40% por executar do orçamento. O que eu questiono é o porquê desta baixa execução e o que é que nós vamos fazer para conseguir cumprir esta execução até dezembro. Devo também dizer que na execução da despesa, vemos que é contraditória em relação à situação pandémica que hoje vivemos, porque até temos tido algum acréscimo da despesa nalgumas áreas como é normal e como devia ser normal. Estamos a viver uma situação atípica onde todos os meios são poucos para conseguir fazer face a esta situação. Certo é, que em período homólogo do ano passado, em que não havia crise nenhuma, estávamos com uma execução em termos de despesa maior em cerca de 8% daquilo que temos hoje. Isto quer dizer que temos disponibilidade e capacidade orçamental para poder ainda proteger mais o emprego, ainda proteger mais as empresas e ainda proteger mais os rendimentos das pessoas. Devíamos ir muito mais além. Para finalizar, quero perguntar ao senhor Presidente como é que ele vai executar os 40% do orçamento até ao fim dos dois meses que faltam para o fim do exercício?".

#### **CARLOS CARVALHO – PSD**

No uso da palavra disse: "A minha intervenção não era para começar por aqui, mas mesmo assim vai ser curta e concisa conforme nos foi solicitado. Eu acho muita graça, não achando graça nenhuma a que a pandemia sirva para alguns virem aqui enaltecer que se não fosse o PS o combate à pandemia em Amarante seria uma desgraça. Se não fossem uns, o combate à pandemia seria uma desgraça, e nesse ponto vivemos em pandemia, mas depois no que tem a ver com execução de receita e execução de despesa aí já não há pandemia nenhuma e temos de executar até ao final. Vivemos em duas realidades paralelas para aquilo que nos interessa. Relativamente ao relatório, basta ver a quantidade de eventos que o município teve cancelados no verão,

para perceber que isso causa problemas na execução de despesa e principalmente na receita. Gostava também de voltar aqui a um ponto que foi discutido no período de antes da ordem do dia porque ele cabe no relatório de atividades e que tem a ver com as termas. Também não acho graça nenhuma quando aqui se vem dizer que há meio ano se fez uma pergunta sobre a gestão das termas e o seu modelo de funcionamento e se quer, ao dia de hoje, um novo modelo de gestão, que me parece que deva ser feito a seu tempo, mas voltando a esquecer que estamos em pleno estado pandémico. Será este o melhor momento para decidirmos isso? Obviamente não é. A estratégia que está a ser seguida continua a ser boa e devemos manter as termas em funcionamento. Podemos criar uma base de funcionamento de gestão e de conhecimento sobre a matéria e depois mais à frente, fora do estado pandémico, onde Amarante poderá beneficiar muito mais sobre aquele serviço, criar um novo conceito de gestão. São as perguntas demagógicas que aqui vamos tendo, que aqui vamos soltando que muitas vezes ficam sem resposta, mas que importa começarmos a desconstruir porque Amarante está muito cansada deste estado de coisas da nossa oposição”.

#### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

Usou de novo da palavra para dizer, que isto por falar em demagogia e colocar as coisas como elas são, nós tínhamos um orçamento de 50,5 milhões de euros aprovado e o senhor deputado Carlos Carvalho vem aqui dizer que atendendo à pandemia nós vamos executar menos. Isto é pacífico, porque não se conseguiam realizar alguns eventos. O engraçado é que o orçamento deste ano são 65 milhões de euros. Espero bem que a pandemia passe e daí, possa resultar uma execução muito maior.

#### **ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ**

No uso da palavra disse: “A questão que foi colocada tem um princípio, o orçamento. O orçamento é uma previsão e como todas as previsões pode haver variações e por isso é que há explicações para essas mesmas variações. O grau de execução não tem de ser obrigatoriamente sempre de 100%, era bom que assim fosse. A execução quanto maior melhor, agora, não deixa de ser uma previsão”.

#### **ANTÓNIO BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES**

No uso da palavra disse: “Quero dizer duas coisas muito simples relativamente ao relatório de atividades, para assinalar e enaltecer a qualidade e a clareza, que na minha opinião este documento atingiu. De facto, mais parece uma bíblia municipal. Este documento, para além de ir de encontro ao estatuto do direito da oposição consagrado na lei, transmite-nos também de forma fidedigna e clara todas as acções desenvolvidas pelo município de Amarante nos mais diversos domínios da atividade, bem como toda a informação financeira de suporte a essas mesmas atividades. Não esconde nada e mostra-nos toda a abertura do executivo municipal. Atingiu-se a qualidade e, portanto, agora é só mantê-la”.

#### **JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra disse: “Neste momento, e para termos uma ideia, no mês de novembro temos uma execução de 53%. Irá atingir aquilo que é normal. O Orçamento da Câmara, regra geral anda à volta dos 32 milhões. Esta discussão que estou a ter

agora, serve para a discussão que vamos ter a seguir. Acresce a isto que o novo orçamento que aí vem vai ter um acréscimo de mais 4,5 milhões de euros fruto da delegação de competências. Sem aquilo que são fundos comunitários ou empréstimos para execução de obras nas freguesias, o que nós estamos a falar será um orçamento que este ano seria de 32 milhões, e para o ano seria de 32 mais 4,5 milhões de euros. Será o habitual se nada mais fizermos. A lei como sabem mudou e há aqui uma responsabilidade pessoal do Presidente da Câmara relativamente ao orçamento. Se há alguém que não quer que o orçamento seja viciado, sou eu, porque sou eu que respondo pessoalmente por ele. Isto para dizer que àquilo que o senhor deputado perguntou e bem, sobre a execução, de que não lhe posso dar um número concreto porque não sei em quanto irá ficar até ao final do ano, mas que andarà à volta dos 65%, sendo que depois serão feitas as correcções a esse orçamento, um vez que é um documento previsional, como já foi aqui bem explicado em que vai sair, quer pela parte da receita, quer pela parte da despesa igual montante, porque o que nós não executamos tem receita consignada através de fundos comunitários. Estamos a falar de cerca de 12,5 milhões de euros que são fundos comunitários que não foram executados que transitam, mas que estão consignados, mais os empréstimos que também pedimos, mas que da mesma forma também estão consignados. No caso presente, vai transitar para o próximo ano e por isso é que temos um orçamento de 65 milhões. Se fizerem o exercício vão perceber que dos 32 milhões habituais para o orçamento desta Câmara, temos de acrescentar os 12,5 milhões de fundos comunitários mais os 4,5 milhões das transferências e delegação de competências, mais os 15,7 milhões dos empréstimos. Isto tudo é que vai fazer o tal montante de 65 milhões. Se me pergunta se vou executar tudo este ano, obviamente que não. A explicação é muito simples. Aliás já o tenho dito aqui reiteradamente, e portanto, mais uma vez vão ter de ter a maçada de ouvir novamente. De há décadas para cá, as estruturas intermédias deste país levam a que muitas vezes não seja possível executar quadros. Também já disse no passado que a execução das obras nas freguesias atrasou porque o Tribunal de Contas até à suspensão daquele articulado que em 2021 nos permite ultrapassar aquilo que é o limite de endividamento anual e só aí é que eu consigo a validação do Tribunal de Contas para poder agora avançar. Aproveitei e por isso é que na última Assembleia pedi, já por conta do ano que vem, para adiantar serviço para este ano. Vamos cumprir este ano? Não. Porquê? Porque as obras foram lançadas agora. Por exemplo, temos o Solar dos Magalhães que devia estar a ser inaugurado, mas só arrancou agora. A execução, em termos financeiros transita toda, quer em termos de receita, quer em termos de despesa para o ano que vem. O Cineteatro que era suposto ser inaugurado este mês, está nas mesmas condições e vamos ver se para o ano nesta altura, dependendo da evolução da pandemia, já estará pronto a funcionar. Portanto, as execuções destas obras dependem muito da pandemia. Basta que alguns dos elementos das equipas fique infetado para que tudo se altere. Temos equipas em confinamento e por essa razão a execução está muito aquém daquilo que era o expectável. Há ainda outras obras que fruto dos quadros comunitários não se iniciaram, embora algumas delas arranquem para a semana. Por isso não vão ter execução financeira, como nós queríamos este ano. Para o não vamos ter a totalidade? Espero que sim, até porque algumas delas, para nós tem que terminar e ter uma grande execução fruto daquilo que são os quadros comunitários. Eu sei que o Governo e bem, via prorrogar prazos porque há aqui meses de paragem de

algumas das obras. Serão prorrogados os limites dos empréstimos por igual período em que estivemos confinados, para que não sejamos penalizados pelo período que estamos a viver. Isto para dizer que os 65 milhões são a soma de várias parcelas. São verbas consignadas que existem, mas que para serem materializadas tem de executar a parte física. Eu quero acreditar que sim. Quero acreditar que grande parte delas irão ter uma execução muito próxima dos 100%. Haverá uma ou outra que não atingirá essa meta, porque há por exemplo obras que iremos lançar que poderão ter a sua execução em mais do que um ano civil. Para essas, a percentagem da execução será a mais alta possível, como é óbvio, mas se repararem no ponto seguinte estamos a pedir autorização à Assembleia para que no caso de haver passagem das obras de um ano para outro, poderemos avançar com o procedimento sem qualquer constrangimento. Quero agradecer as palavras do senhor Presidente da Junta de Ansiães e vou partilhá-las com todos os técnicos da Câmara Municipal de Amarante porque são eles que fazem esse esforço para poder relatar aquele que é o exercício do dia-a-dia das funções que eles exercem e portanto, eu vou partilhar esse agradecimento que aqui acabou de fazer com todos os directores de serviço, porque é a eles que se deve obviamente a elaboração deste relatório”.

#### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse: “Eu só falei dos 65 milhões deste ano, porque alguém veio aqui dizer que em tempos de crise o orçamento tem tendência a ser menor executado. Foi isto que eu percebi das palavras do senhor deputados Carlos Carvalho. Devo dizer também que na área da despesa o orçamento do estado também foi aumentado para fazer face à crise. Em contraciclo, o orçamento da Câmara Municipal de Amarante em termos de despesa corrente desceu relativamente ao período homólogo do tempo em que não havia crise. Isto são dados objectivos da pouca proatividade em termos de mitigar alguns problemas que estamos a ter na economia e que se vão reflectir no futuro, designadamente no apoio às empresas e no apoio às pessoas, que podia ser mais robusto porque tínhamos disponibilidade para isso”.

#### **PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2021**

Relativamente a este ponto começou por usar da palavra o senhor Presidente da Câmara, que prestou esclarecimentos acerca das opções que foram tomadas aquando da sua elaboração. Começou por dizer que “relativamente ao montante, já anteriormente expliquei. Este orçamento é ligeiramente diferente porque agora é elaborado segundo as normas do SNCAP, que obriga a uma previsão a cinco anos. Nos orçamentos anteriores nós poderíamos fazer referência a rubricas em que mesmo não tendo dotação orçamental poderíamos pôr o montante na rubrica como não definido, agora isso não é possível, e por isso, todas as rubricas tem de ter dotação orçamental. Há rubricas que embora não tendo dotação, estão a zeros. Por exemplo, os compromissos que eu assumi com os senhores Presidentes de Junta, nas empreitadas está lá um valor, porque já temos um empréstimo, mas os protocolos não têm qualquer valor. Estamos a falar de um valor à volta de 785.000 euros. Agora, aquando da incorporação do saldo de gerência que prevejo ser bem superior a um milhão de euros e, automática

mente irei fazer logo uma correção dessas rubricas, incorporando esse montante de transferências para esses compromissos que eu assumi com todos os senhores Presidentes de Junta. Quero também dar-vos nota que até ao final do ano quero liquidar contas com todos os fornecedores, obviamente com aqueles que tal for possível, uma vez que temos de momento disponibilidade financeira para o fazer, isto, desde que não entrem a 31 de dezembro. Os orçamentos agora são reais, embora sendo previsionais, tem de ter uma base sólida. Quando aqui falamos em 65 milhões, como sendo o maior orçamento de sempre, temos de ter já as verbas para o executar.

No que diz respeito ao apoio às pessoas, este orçamento tem essa preocupação, porque para aquilo que é da nossa responsabilidade foi acautelado um valor que apoiará em casos de privações das famílias. O governo fará a sua parte no que diz respeito ao apoio às pequenas empresas para que elas possam sobreviver nesta altura tão difícil que vivemos".

### **ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ**

O senhor Presidente de Vila Caiz, fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: "As Eleições Autárquicas de 1 de outubro de 2017 determinaram uma opção clara dos Cidadãos Eleitores Amarantinos na escolha do seu Presidente, equipa e projeto. O projeto da coligação Afirmar Amarante veio a tornar-se no plano de governação para o mandato 2017-2021 que entra agora na reta final.

Ao analisar os documentos das Opções do Plano e o Orçamento do Município para o ano de 2021, que são os principais documentos que definem e orientam a sua atividade global, podemos afirmar que estes documentos de gestão do quarto e último ano do presente mandato autárquico, materializam os princípios de gestão dos últimos sete, isto é, dão cumprimento aos compromissos assumidos com os cidadãos e instituições de Amarante. Há, sem dúvida, um acréscimo muito significativo ao nível do investimento em projetos, obras, eventos e ações diversas, quer nos centros urbanos, quer em todo o território do concelho, de acordo com o previamente e, desde sempre, anunciado e garantido pelo executivo na pessoa do seu Presidente.

As Opções do Plano para 2021 contêm as orientações políticas fundamentais, os programas, projetos e principais ações que o Município de Amarante se propõe concretizar.

Estes documentos previsionais, incorporam o resultado do que já foi materializado nas diversas candidaturas a fundos comunitários apresentadas anteriormente e que mereceram a aprovação e respetiva comparticipação.

Assim, na atual conjuntura, com o quadro comunitário a terminar, com boa capacidade de endividamento, com as candidaturas aprovadas como referi anteriormente, financiamento garantido e, havendo ainda a expectativa que as taxas de comparticipação possam ainda ser elevadas até atingir a totalidade do investimento, acha capacidade de concretização e não teremos dúvidas que a nossa terra será elevada a patamares de grande qualidade e será definitivamente afirmada no contexto regional e nacional. Serão assim, realizadas obras de grande qualidade e utilidade num período de tempo que diria impensável.

Realça-se também neste orçamento, o impacto do valor relacionado com a transferência das competências do Estado Central para a autarquia que importa num aumento de receita e consequente despesa na ordem dos 4,5M€.

Não podemos esquecer também o tempo que vivemos e que ficará certamente marcado na história mundial, como o ano da pandemia provocada pela COVID-19, que obrigou o mundo a parar e a reinventar-se para poder continuar. Se o ano de 2020 implicou um conjunto de medidas que visaram a prevenção do contágio, a proteção social e económica, não há dúvidas que em 2021 continuará a ser necessário alocar recursos e medidas de apoio para continuar a combater e ultrapassar esta verdadeira catástrofe que recaiu sobre o mundo, nomeadamente, respostas de apoio à comunidade, instituições e economia, estando para o efeito prevista uma verba de cerca de 400.000,00€.

Mas também, como diz o Sr. Presidente na sua mensagem, este é o orçamento que e passo a citar: “Não obstante do quadro de epidemia que atravessamos e o elevado nível de incerteza que o mesmo encerra, importa salientar que as GOP’s de 2021 materializam um avultado volume de investimento que visam o reforço de coesão e competitividade do nosso território, a melhoria da qualidade de vida dos Amarantinos e, no quadro de pandemia que vivemos, representa também um forte incentivo ao desenvolvimento da atividade económica do concelho”, fim de citação.

Assim, não há dúvidas em afirmar, que o executivo municipal, continuará, se necessário for, a investir em mais medidas sociais que contribuam para minorar o impacto desta pandemia junto das famílias, empresas e comércio local, ao mesmo tempo que realizará um conjunto de investimentos que irão abranger todas as freguesias do Concelho, ao longo do ano, designadamente na requalificação da rede viária e equipamentos estruturantes, uma vez que estes investimentos são decisivos para a afirmação da coesão territorial do nosso concelho, que se pretende moderno e dotado de equipamentos e infraestruturas valorizadoras da qualidade de vida dos nossos cidadãos.

Este, é sem dúvida, mais um orçamento que irá continuar a introduzir uma marca importante no nosso concelho que se define por melhor e mais qualidade de vida dos Amarantinos.

Permitam-me que destaque algumas obras: - Cineteatro, Solar Magalhães, Bairro Cancela de Abreu, Parque Linear, Parque Multifunções, Rotunda das Murtas, Estrada Vila Chã, segunda fase da estrada Fregim – Pidre, Unidade Saúde Familiar Amarante, protocolos com as freguesias, 2ª fase do sistema viário Central de Vila Meã, etc.

Tudo isto, não pondo em causa o princípio de equilíbrio financeiro, continuando as receitas correntes a serem superiores às despesas correntes mais encargos de amortização empréstimos (capital e juros), a margem de endividamento ainda disponível mesmo executando na totalidade este orçamento, bem como, a manutenção da taxa mínima do IMI, o desconto adicional de IMI para famílias com 3 ou mais dependentes, isenção de derrama para empresas com volume de negócios até 150.000€ e a taxa de 1% para as restantes e ainda o transporte escolar gratuito para os alunos do 1.º ao 12.º ano que residem a mais de 3 kms do estabelecimento escolar.

Termino, realçando o enorme investimento previsto, a qualidade das obras...a paixão por Amarante”.

#### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse: “Vou ser bastante objectivo no que diz respeito a este ponto do orçamento. Em primeiro lugar um reconhecimento. Ao contrário do ano passado, este foi construído numa base de diálogo com aqueles que também executam o

orçamento do território, nomeadamente os senhores Presidentes de Junta em particular também com os Vereadores do Partido Socialista a quem, desta vez, a democracia funcionou e quis eu todos fossem envolvidos. Certamente que isso é importante para que o orçamento possa ter uma primeira base melhor, a base do diálogo que não teve nos anos anteriores. Este é também um orçamento de meia culpa. De meia culpa de quem não fez o investimento nas Juntas de Freguesia ao longo dos últimos anos e que agora procura fazer uma meia culpa criando a ilusão de que tudo irá ser feito neste último ano. Isto, é em primeiro lugar uma estratégia perigosa para a execução, porque como o senhor Presidente, disse na explicação inicial os constrangimentos que tem tido na execução das empreitadas, podem-se também nas que agora retardou para o último ano deste mandato e o prejuízo será evidentemente para os senhores Presidentes de Junta, para as Juntas de Freguesia e para os cidadãos dessas Juntas de Freguesia. A minha segunda nota prende-se com a transição de saldos e a comparação com o modelo antigo e o modelo novo. Senhor Presidente, a forma contabilística e de organização é diferente, mas o modelo continua a ser o antigo. Os senhores Presidentes de Junta, ficam sempre à espera da transição de saldos para poderem ter a execução das suas obras. O modelo continua a ser o antigo, a forma é que é diferente. Depois, é muito importante que se analise um orçamento e pegando aqui nas palavras de algumas intervenções que até agora forma feitas, os orçamentos não podem ser descontextualizados do ano em que vão ser inseridos. Este orçamento vai ser executado num ano em que nós ainda iremos estar a atravessar um período de pandemia. E aqui faço um parêntesis, não porque estamos numa pandemia que as execuções orçamentais têm de ser mais baixas, pelo contrário até podem ser mais altas. Reforço que o Orçamento de Estado teve de ser reforçado para dar respostas urgentes que era preciso salvaguardar. Portanto, não serve dizer que em pandemia as execuções vão ser mais baixas e depois chegar-se aqui à assembleia e perceber-se que afinal a Câmara Municipal até tem um orçamento mais alto e propõe-se executar mais em ano de pandemia. Executaremos conforme as prioridades que levamos para o nosso mandato. O senhor Presidente de Câmara na sua mensagem inicial do orçamento, que me parece não ser muito feliz, não faz uma única referência à situação de pandemia. Isto é um orçamento para aplicar no ano de 2021, onde as famílias e onde o nosso concelho estará sob uma situação difícil de pandemia, mas o senhor Presidente não tem uma única palavra, uma única proposta ou uma única estratégia na sua mensagem da explicação do orçamento sobre esse mesmo tema. Nós percebemos que não tem, porque na explicação o senhor Presidente fazia uma análise contabilística simples. Dizia que o orçamento normalmente é de trinta dois milhões de euros, há mais quatro milhões e meio de euros provenientes da delegação de competências, há mais uns empréstimos para as obras, e portanto, este é um orçamento normal. Só que o ano de 2021, não é um ano normal. É um ano onde as famílias também esperam um conjunto de respostas, também do ponto de vista municipal e por isso, esta é uma primeira falha deste orçamento. Uma segunda falha tem a ver com a dificuldade da sua execução. E o senhor Presidente sabe disso. Sabe que todos os anos se propõem orçamento de quarenta ou cinquenta milhões de euros e depois não os executa. Este ano, propõe a esta assembleia, um orçamento de mais de sessenta e cinco milhões de euros e sabe que será muito difícil executá-lo. O prejuízo será mais uma vez das Juntas de Freguesia que vão ficar mais uma vez sem as suas intervenções. Deixe-me dar-lhe um exemplo. Como aqui já foi re

ferido ao mês dez o senhor Presidente tinha executado vinte e cinco milhões de euros, menos 50% do orçamento. Depois, o senhor Presidente completou com os dados à data do mês onze, que evidentemente era maior, não tivesse a autarquia pago o subsídio de natal aos funcionários, obviamente que essa execução iria aumentar muito. Mas continua extremamente baixa face àquilo que deve ser. O senhor Presidente de Câmara, propõe para este ano um orçamento de sessenta e cinco milhões de euros, por isso, eu acho legítimo que explique aqui a todos os que nos estão a ouvir, quais é que têm sido as execuções da Câmara Municipal nos diversos orçamentos. Eu tirei os últimos. Em 2016, trinta e quatro milhões de euros. Em 2017, ano de eleições autárquicas, trinta e sete milhões e duzentos mil euros. Em 2018, trinta e cinco milhões de euros. Em 2019, trinta e oito milhões de euros. Em 2020, vamos com vinte e cinco milhões de euros, no mês de outubro. Senhor Presidente, nós compreendemos que os orçamentos são cada vez mais rigorosos, que as rubricas têm de ser inscritas com mais rigor, mas depois é preciso ter capacidade de os executar e o que temos visto é que o senhor Presidente não tem tido a capacidade de executar. Que não fique aqui a menor dúvida, porque o PS quer que seja executado a totalidade deste orçamento. Quanto mais for executado, melhor será a concretização de investimentos no nosso concelho. Uma nota que também me parece relevante é o facto de no relatório que hoje aqui discutimos, percebemos que a dívida do município é de perto de treze milhões e duzentos mil euros. O senhor Presidente na mensagem do orçamento diz que tem contratualizados e não utilizados, quinze milhões e setecentos euros. Quero que este dado fique registado em ata que se o senhor Presidente de Câmara executasse 100% do orçamento, nós ficaríamos com uma dívida de vinte e nove milhões de euros. Isto é factual, está de acordo com as suas declarações nos documentos. Quero que fique registado que a execução de 100% significa um aumento da dívida de 13,2 para 29 milhões de euros. Por fim e para terminar quero dizer que o PS entregou para este orçamento um conjunto de contributos, que não vimos na totalidade versados no documento final e muitos dos que o senhor Presidente de Câmara alegou estarem versados, carecem de execução específica porque estão em rubricas demasiado genéricas para que nós consigamos perceber se estão mesmo ou não. Aquilo que é a nossa expectativa é que o senhor Presidente da Câmara vá também ao encontro daquilo que disse que iria cumprir das propostas que o PS apresentou e portanto, sendo este um orçamento apresentado pela coligação Afirmar Amarante, que como disse o senhor deputado Jorge Ricardo, venceu as eleições a quem compete apresentar os orçamentos. Este não seria o orçamento do PS. Reconhecemos que há avanços nomeadamente na parte da articulação com os eleitos locais, damos o benefício da dúvida de que o senhor Presidente vai conseguir executar este orçamento, mesmo tendo muitas reservas que isso venha a acontecer, mas se não vier a acontecer, cá estaremos para demonstrar ao senhor Presidente de Câmara, que mais uma vez e à semelhança dos três últimos orçamentos que apresentou, voltou a enganar os deputados municipais aqui presentes ao não conseguir executar aquilo que garantia que iria executar. Neste sentido e não sendo este o nosso orçamento, porque estão aqui algumas propostas com as quais nunca iríamos concordar, principalmente nesta altura específica em que vivemos, nomeadamente os impostos sobre as empresas que tem dificuldade hoje em manter os postos de trabalho e a Câmara continua a querer penalizar quem está no nosso território e por este não ser o nosso orçamento, não ser a nossa estratégia inicial, mas reconhecendo que quem venceu as

eleições foi a coligação Afirmar Amarante, o Partido Socialista irá abster-se nesta votação”.

### **FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA - CDS/PP**

No uso da palavra disse: “Quero aqui deixar o testemunho acerca daquele que é o documento mais relevante da vida de um município. Eu estou em crer e dou sempre muita atenção aos documentos institucionais e dou também atenção e interesse às declarações de voto que faço sempre questão de ler. O PS tem muita experiência de poder e também já tem neste momento experiência de oposição. Esta declaração de voto transmite uma outra forma de estar dos Vereadores do PS relativamente a um documento tão importante para a vida do município. Pelo menos, é o que eu extraio da leitura da declaração. Em meu entender é uma medida que devemos considerar, registar e valorizar. Desde logo, ainda que com algum custo começa por elogiar o senhor Presidente da Câmara quando se disponibiliza para apresentar o documento base e para poder incorporar propostas do PS desde que elas pudessem ser conciliáveis com aquilo que é o plano e o programa da própria coligação. Esse é um lado positivo deste documento. Serve de suporte e de argumentação para tranquilizar cada um de nós na votação deste documento. Estou certo que esta posição dos senhores Vereadores e o texto escrito dos senhores Vereadores do PS, provavelmente será um texto concertado com a responsabilidade política do município. Concordo, subscrevo e acho que é uma nota positiva. Daí, eu até considerar, e o PS também o faz, que este orçamento incorpora propostas, mas não as incorpora todas. Não podia ser, porque se assim fosse podia desvirtuar-se aquela que é a tendência maior e a obrigação maior de quem ganhou as eleições poder corresponder às suas responsabilidades políticas. Tenho uma primeira dúvida que gostaria de colocar porque o PS faz uma crítica, em algumas ocasiões sustentada de que tem vindo a crescer o número de contratados para o quadro de pessoal. Mas curiosamente as exigências são outras, porque cada vez mais os municípios estão obrigados a fazer um conjunto de medidas que não faziam no passado, mas curiosamente na declaração é proposto, se fosse considerado no âmbito da reunião com o senhor Presidente de Câmara, propunham o aumento dos recursos humanos, desde logo no âmbito da saúde oral, no âmbito das escolas que não sendo uma medida errada, admite e propõe que a Câmara contratasse equipas de higienistas orais e de médicos dentistas. Há aqui uma certa contradição entre a crítica em relação aos recursos e a proposta que depois aqui nos é feita ainda que em relação aos AECS, que é uma medida de âmbito nacional, terá de ser avaliada pelos municípios e pelo estado central, porque esta é uma medida de âmbito nacional, mas que forçou os municípios a cumprirem legislação nacional, mas que no futuro terá de ser mais ponderada. Perante isto, eu acreditava que o PS iria votar favoravelmente este orçamento, mas mesmo assim a abstenção é um sinal positivo de ação política que eu registo com simpatia e também é mérito do senhor Presidente de Câmara que soube negociar o bastante para que o orçamento merecesse a concordância do PS.

Em relação ao orçamento propriamente dito, quero dizer que este é um orçamento maior que pretende aproveitar quase até o limite os quadros comunitários e uma série de apoios e de verbas para aplicar em obras que tem de ser realizadas, porque se não o forem, perde-se a oportunidade. O quadro comunitário termina. Há obras apoiadas que têm de ser realizadas até ao final do ano 2021 e esta é uma dúvida por

que o orçamento pode ficar aqui a “mancar” um bocadinho, que não vai depender da capacidade de execução do município nem da capacidade de ação do Executivo, mas pode depender da capacidade de realização por terceiros. Justifica-se também por aqui este acréscimo de orçamento. O endividamento é uma questão que prejudica toda a gente, mas, ou nós aproveitamos nesta fase as verbas disponíveis no âmbito do quadro comunitário, uma vez que não temos recursos próprios, ou o comboio passou e ficamos a ver as carruagens à distância e as grandes obras que há muito ambicionamos e que precisamos de realizar para o investimento de Amarante, ficam mais uma vez adiadas. Se não temos dinheiro disponível, nem vamos prejudicar a atividade corrente do município, temos que temporariamente ir buscar recursos alheios. Há aqui uma questão que me tranquiliza. Nós não chegaremos aos vinte e nove milhões de euros mesmo na execução máxima das obras previstas, porque vai haver amortização do endividamento em curso. Podemos chegar aos vinte e cinco milhões o que que já não é um mau nível de execução. É lógico que não vamos andar ano após ano com investimentos desta grandeza, mas mesmo assim o PS não é contra, nem ninguém é contra a execução destas obras, mas ainda acha que devíamos fazer mais, o que aumentaria o endividamento. De acordo com os mapas que tive oportunidade de consultar e as contas que tive oportunidade de fazer é que para além deste período vamos ter mais ou menos dois milhões de euros por ano de influência no orçamento em relação aos juros e ao capital, o que significa que isso não vai estrangular os resultados operacionais, a vida do dia a dia do município. O município tem ainda garantido para o futuro uma receita corrente que suporta a despesa corrente. Isto para mim é fundamental, porque significa que não nos aproximamos do funil estreito da ação e nem precisamos de entrar em planos especiais da recuperação da dívida. Com base na apreciação destes documentos, acredito que vamos realizar e seria bom que realizássemos tudo e também não cometemos aqui factores que condicionem a nossa aprovação favorável e o nosso voto favorável à aprovação deste orçamento. Este orçamento tem ainda uma influência das receitas e das despesas com o sector da educação e da saúde, ainda que o saldo seja nulo que não invalida que tenha uma influência direta nas contas finais do orçamento. O documento está bem elaborado, é claro, permite facilmente que todos o possamos entender, é ambicioso, mas é documento que nos traz aqui a vontade de realizar, não esquecendo, mas reforçando as preocupações sociais que resultam do momento que estamos a viver. O orçamento reforça verbas para apoio social. Por tudo isto que acabei de dizer eu e o grupo parlamentar do CDS/PP votará favoravelmente este orçamento desejando que ele se concretize. Espero que quando forem a provadas as contas do ano 2021 o possamos fazer com a satisfação de que o maior orçamento de todos foi de facto marcante para o futuro de Amarante”.

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse: “Antes de ser dada a palavra ao senhor Presidente de Câmara, gostaria de dar aqui o nosso sentido de voto, não sem antes fazer uns pontos prévios. Eu também sei qual era a prática anterior relativamente às freguesias e por isso a mea culpa que aqui foi referida também se aplicaria noutros casos, porque quando eu cá estava sabia muito bem como eram tratadas as freguesias. Agora, é bem o contrário e a ideia é sempre apoiar as freguesias. Aliás, eu gosto de todas as freguesias e de todos os seus Presidentes de Junta e darei sempre o meu apoio a todos naquilo que

for da minha capacidade, porque sei perfeitamente das dificuldades que eles enfrentam. Nas freguesias não há partidos nem há cores, há dificuldades e há apoio próximo aos fregueses que é preciso naquele momento. Sei bem as dificuldades que sentem e sei também que o senhor Presidente sente isso. Quanto às taxas de execução que aqui se falaram, nós vimos as dificuldades que o próprio governo tem em executar, inclusive no que diz respeito aos fundos estruturais. Quanto à capacidade de endividamento, mesmo que se falasse nos vinte e nove milhões, se forem analisar os documentos verão que mesmo que isso fosse atingindo ficaria sempre dentro do limite e da capacidade de endividamento, conforme se pode verificar no relatório do ponto número um. Quando vi que na declaração do PS se falava em mais do mesmo e na estratégia usada, mesmo sabendo que não era isso que eles queriam, eu fiquei satisfeito, porque é mais da mesma dinâmica, vontade, rigor e competência, sendo que hoje os orçamentos são muito mais rigorosos e mais fiscalizados pelos Revisores Oficiais de Contas, evitando-se assim, alguns “abusos” que se cometiam no passado. Mais do mesmo volume substancial dos investimentos com recurso a financiamento e fundos europeus, com apoio às empresas e às famílias. Investimentos e obras, muitas estruturais e há muito necessárias pelo volume e relevância, configuram grandes realizações amarantinas, que irão figurar seguramente na história da nossa terra, tudo temperado pelo equilíbrio orçamental. Afinal, o fim do mundo que se apregoava em relação às questões financeiras de Amarante não aconteceu e tudo com um objectivo que deve ser de todos reforçando a coesão económica, social e territorial, tendo por fim último a qualidade de vida dos amarantinos. Assim, recomendo a votação a favor certo de que este executivo com mais ou menos constrangimentos vai conseguir concretizar o possível, tendo em conta a situação difícil que enfrentamos”.

#### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse: “Queria deixar aqui uma nota que me parece relevante e motivada por algumas das considerações que aqui foram feitas para que o debate seja total, sério e informado, não sem antes deixar um esclarecimento que também me parece relevante. É muito fácil, vir aqui dizer que se defende todos os Presidentes de Junta, porque eles são mesmo os maiores obreiros nas suas freguesias, mas não vi aqui o senhor deputado António Araújo vir defender os senhores Presidentes da Junta do PS quando eles vieram aqui dizer que o senhor Presidente da Câmara não fazia obras nas suas freguesias. Não veio cá quando nestes três últimos anos não houve obras para algumas das freguesias, sendo que algumas até nem são do PS. Também não vi o senhor deputado Moura e Silva, que agora elogiou a capacidade do senhor Presidente da Câmara, vir aqui reprovar aquilo que tinha sido a falta de diálogo do senhor Presidente para com os eleitos do concelho. Feitas estas considerações prévias gostaria de deixar uma nota, muito no seguimento da intervenção do senhor deputado Moura e Silva, para que não fiquem aqui equívocos, quando eu referi que se executarmos a 100% a dívida atinge vinte e nove milhões é factual. O senhor deputado pode acrescentar que há amortizações nesse entretanto. Haverá certamente, mas também poderá haver concretização de nova dívida que não está contabilizada. Em todo o caso, isto também nos leva a uma discussão interessante que é o facto de sabermos que as amortizações que possam vir a acontecer no futuro, fruto dos empréstimos que estamos a realizar e esta é uma ressalva muito importante, porque os empréstimos que

estamos a realizar são empréstimos a vinte anos, com prazos de amortizações longos e muitos deles também períodos de carência iniciais relativamente ao momento em que os começamos a amortizar. Esse aspeto em conjunto com o facto de estarmos a aumentar significativamente no período de um ano a nossa dívida é também relevante no contexto final, o que quer dizer que isto é uma dívida que nós vamos permanecer com ela durante muitos mais anos, ao contrário do que a Câmara de Amarante podia e devia ter feito os empréstimos para as Juntas de Freguesia, os 4, 6 milhões de euros a quatro ou cinco anos com taxas de juro baixas e isso não seria um encargo que a Câmara não conseguisse suportar em espaços mais curtos. Há uma estratégia de empurrar essa dívida para anos seguintes. Não pomos essa estratégia em causa, mas achamos que essa não é a melhor solução. O Partido Socialista quando apresenta propostas em que eventualmente são necessários, meia dúzia de recursos humanos, não pretende com isso que se vá aumentar o quadro de pessoal. Basta fazer isso por administração externa porque não tem de ser funcionários do município. Essa despesa não precisa de ser superior a outras que o município já faz com estudos e pareceres que nunca saíram da gaveta. Eu podia dizer aqui que ficará mais barata essa iniciativa do que os pagamentos que foram feitos a uma pessoa para ela fazer uma análise cultural, cujo relatório nós nunca conhecemos, que supostamente tinha a ver com cineteatro que ainda nem está acabado e a tarefa dessa pessoa já terminou, tarefa essa que custou mais ao município do que aquele programa que nós apresentamos. As opções do PS nem sequer são para engrossar despesa. Devemos usar melhor o dinheiro que temos com significativas poupanças em muitas áreas para poder fazer investimentos que tínhamos para fazer. Que fique bem claro, que se fosse o PS que estivesse a governar, não era no último ano de mandato que estaríamos a prometer as obras aos senhores Presidentes de Junta, porque já as teríamos concretizado”.

#### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse: “Quando falam em mim, tenho de voltar a falar. O senhor deputado só ouve o que lhe apetece. Eu ouvi tudo e também sempre ouvi aqui o senhor Presidente da Câmara, a defender a cronologia de investimentos e obras nas freguesias. Ele foi sempre claro, transparente e sempre disse o que tinha a dizer. E também sei que vai cumprir, porque isso é que é importante para os senhores Presidentes de Junta. Eu não falo só aqui e quando posso ajudo. Não venha para aqui fazer propagando daquilo que eu faço. E também sei qual era a prática no passado e os senhores Presidentes também o sabem. Nessa altura, votei contra um orçamento por causa de não haver investimentos nas Juntas. Zero investimento nesse ano. Os Presidentes de Junta também sabem o que é que disse o Presidente do seu partido. Nessa altura, os senhores já andavam na política e também não ouvi ninguém a defender. Isso foi muito grave e passou-se numa reunião da Assembleia”.

#### **JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara disse: “Quero só fazer algumas considerações muito breves até porque o importante já foi dito. A primeira nota que quero deixar é que este é um orçamento diferente e por uma razão muito simples. Os projetos estão feitos e aprovados. Os empréstimos estão feitos e também aprova-

dos. A grande parte das participações já está em execução. Portanto, grande parte do orçamento e não direi os 100%, porque há uma ou outra obra, como seja, o Eixo Central de Vila Meã que seguramente irá para além de 2021. As restantes caberão no ano de 2021. Será residual, a não ser que a pandemia continue e fique de novo tudo confinado. Mesmo nesta questão das freguesias, eu sempre fui muito claro quanto ao *modus operandi* neste mandato sem enganar ninguém. Permitam-me que lhes diga que as cento e cinco obras que tinham sido negociadas em 2018, e só para terem uma noção, o que mudou para este ano de acordo com as reuniões que eu tive com os senhores Presidentes de Junta, foram seis obras. Depois, para além destas cento e cinco, há mais nove que decorrem dos protocolos que vão ser incorporados agora. Portanto, vejam que a minha programação em 2018 bate certo. Eu não enganei ninguém. Isto que fique claro para toda a gente. Dirão assim – *então porque é que não arrancou logo em força?* – Por uma razão muito simples que eu expliquei aqui que se chama Tribunal de Contas. Todos os municípios aqui da nossa região estão na mesma situação que eu. Vila Real passou pela mesma dificuldade que eu passei. Amarante não é um caso à parte. As dificuldades em termos orçamentais e em termos de execução por causa do Tribunal de Contas estão por todo o lado. Daí, e bem, o Governo atento que estava, alterou a lei para permitir a execução. Com base nisso é que tomamos as diligências que entendemos que devíamos tomar. Com base nisso e a partir de hoje, no próximo dia dois de janeiro estou em condições de lançar os concursos todos, coisa que no passado só em abril é que teríamos condições de o fazer. Por isso, é que eu acredito que vamos ter capacidade para executar estas, destas cento e muitas obras. Há efectivamente três ou quatro que são de maior envergadura, mas as restantes são de resposta rápida. Naquilo que é o processo de lançamento das obras, vamos fazer por lotes, permitindo assim, que várias empresas possam candidatar-se e não haja atropelos, para que não aconteça o que aconteceu aqui num concelho bem perto, que não se acautelou, o que levou a que uma empresa tivesse ganho todas as obras e agora não tem capacidade de execução. Permitam-me ainda que vos lembre que alguns senhores Presidentes, que antes de 2013 sabiam como é que era a gestão destes processos. Hoje numa realidade diferente o município de Amarante garantiu a elaboração dos projetos todos. Estamos a falar que desde 2014 foram elaborados mais de trezentos e trinta projetos no valor de quatro a cinco mil euros, dependendo da dimensão todos prontos a avançar. Só há um, que tem a ver com a aquisição de terreno e autorizações para algumas curvas que é questão de segunda fase de Fregim. Por exemplo, o Eixo central de Vila Meã, fase dois, ainda não avançou porque ainda falta escriturar duas parcelas. Mal tenha isso pronto, a obra avança. Para quem está na oposição é fácil de dizer que não se faz ou não se fez. Tomara eu, que não houvesse obras a decorrer em 2021, porque era sinal que estava tudo feito. Começava já a usar o tempo restante para campanha. Fruto destas contingências é que nos levou a ter o cronograma que hoje temos.

Uma última nota que eu queria dar é que há boas notícias. A execução dos quadros comunitários é muito baixa e como há pouco o Dr. Araújo dizia, e bem, vão acabar para o ano os quadros comunitários. Neste momento, na questão do endividamento, de junho deste ano a junho do ano que vem, há alguns programas comunitários que podem ir a té 100%, o que é relevante porque independentemente daquilo que estamos a aprovar em termos de dívida eu tenho obras de tudo aquilo que forem pedidos de re

embolsos que já começaram e que irão prolongar-se até 30 de abril do ano que vem vão ser financiados a 100%. É uma boa notícia porque estamos a falar de muito dinheiro. Permitam-me dizer com algum orgulho e também com alguma vaidade, que isto vem dar razão àquilo que eu sempre disse desde há muito tempo, porque nós, mantendo sempre o equilíbrio financeiro com o qual concordo, depois de elaborados os projetos temos condições de poder avançar com muitas obras. O trabalho vai estar feito para que quem entrar possa fazer obra com projetos aprovados, pagos e prontos a avançar. Custa a alguns admitir, mas há um modelo diferente de organização. Se está tudo bem? Não, infelizmente não está. Se está tudo pronto? Não, nem nunca irá estar. Agora que há ambição, determinação, vontade e rigor e por isso é que vos digo que este orçamento apesar de ser o maior de sempre, grande parte dele vai estar executado quase na totalidade. O que era importante já arrancou, já está adjudicado, outros para visto a tribunal de Contas. Para a semana muitas novidades irão haver e os compromissos com as Juntas de Freguesia, irão avançar e no próximo dia dois a plataforma já vai estar carregada com muitas das obras”.

Como não havia mais nenhum deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra: 0 (zero), Abstenções: 16, Votos a favor: 30**

Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

### **PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MEDIDAS DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – COVID 19 - MAJORAÇÃO DO CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE AMARANTE – 1ª ALTERAÇÃO**

Relativamente a este ponto inscreveu-se para usar da palavra o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO**, que solicitou à Mesa que os pontos da Ordem de Trabalho, números 4, 5, 6 e 7, por serem de teor semelhante fossem votados em simultâneo, sendo que o grupo parlamentar do PS os votaria todos favoravelmente.

O senhor Presidente colocou a proposta verbal à Assembleia, que deu a sua anuência imediata.

O ponto acima descrito foi então votado de imediato. Tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi votado também votado em minuta por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

De seguida, foram votados em simultâneo os pontos 4, 5, 6, e 7 sendo que o ponto número quatro - **ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO/ADAPTAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR (USF) AMADEO DE SOUZA-CARDOSO - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS EM MAIS DO QUE UM ANO ECONÓMICO** foi aprovado por **UNANIMIDADE**.

O ponto número cinco - **ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REABILITAÇÃO DOS REGADIOS DO REGO DE MOREIRA (ABOIM) E DO CASAL/VARGELAS (ANSIÃES) – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS EM MAIS DO QUE UM ANO ECONÓMICO**, foi aprovado por **UNANIMIDADE**.

O ponto número seis - **ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REPAVIMENTAÇÃO E ABASTECIMENTO E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS NA EM 574 – VILA CHÃ DO MARÃO E NA EM 750 EM FRIDÃO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS EM MAIS DO QUE UM ANO ECONÓMICO**, foi aprovado por **UNANIMIDADE**.

O ponto número sete - **ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS E ESPAÇO PÚBLICO ADJACENTE AO BAIRRO DA CHENTUADA – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS EM MAIS DO QUE UM ANO ECONÓMICO**, foi aprovado por **UNANIMIDADE**.

Os pontos da ordem de trabalhos acima referidos foram também aprovados em minuta por **UNANIMIDADE**, para assim poderem produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO Nº 8 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE AMARANTE**

Relativamente a este ponto, usou da palavra o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO, do PS**, que disse que o seu grupo parlamentar iria abster-se tendo em conta a votação na reunião de Câmara dos senhores Vereadores do PS na Câmara. De qualquer das formas este é um ato de gestão da Câmara que certamente saberá como organizar os seus serviços para responder às necessidades, não obstante de nós verificarmos que continua a haver um aumento de despesa relativa à criação de mais alguns lugares de chefia.

Como não havia mais nenhum deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra: 0 (zero), Abstencões: 17, Votos a favor: 28**

Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

#### **PONTO Nº 9 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS**

Relativamente a este ponto, usou da palavra o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO, do PS**, que disse que relativamente a este ponto a posição do PS é por demais conhecida. O PS gostava de ver devolvida aos amarantinos uma parte dessa participação, ainda mais justificada agora face aos tempos que vivemos. Por isso vão votar contra.

##### **CARLOS CARVALHO – PSD**

Relativamente a este ponto, o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreva na íntegra: "Por estranho que possa parecer, venho falar-vos de decoração e design. Não venho discutir qualquer nova tendência, nem sequer emitir opinião sobre qualquer escola mais artística. Ainda que o que me traz aqui seja uma verdadeira "mancha na tela".

Quando discutimos determinadas medidas, quando as propomos, quando as defendemos e quando elas geram um impacto nas contas municipais, é importante dimensioná-las.

Uma oposição responsável saberia que deveria ser exatamente assim.

Contudo, tal não se verifica.

Aos Municípios é atribuída uma percentagem, 5%, do IRS recolhido aos contribuintes residentes no seu território. Os Municípios podem deliberar abdicar de parte ou da totalidade desta percentagem, sendo esta devolvida aos contribuintes a quem tinha sido cobrado o referido imposto.

Bem sabemos que, infelizmente, no território de Amarante ainda são muitos os contribuintes que, por auferirem de baixos rendimentos, estão isentos da cobrança deste imposto.

Ora, uma devolução beneficiaria os contribuintes de maiores rendimentos.

Por mais que cante um rouxinol, esta é a realidade.

O PS, em oposição no Executivo Municipal, veio propor que Amarante devolvesse parte do IRS aos contribuintes. Apresentou, para isso, uma proposta onde fundamenta a sua posição, mas onde não identifica claramente quanto é que isso significaria de diminuição à receita do Município.

Digo que não identifica claramente porque, na verdade, o PS diz, e cito, "De acordo com a proposta da Câmara a participação no IRS municipal corresponde a 1.428.541,00€, o que significa que, 1%, dessa participação variável corresponderá a 14.285,41€."

Vejam, por si só, esta é uma afirmação verdadeira. 1% de 1.428.541,00€ é, realmente, 14.285,41€.

Contudo, o PS finaliza a proposta sugerindo que Amarante recolha 4% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Amarante, abdicando de 1%. Mas o PS nunca diz quanto vale esse 1% de que Amarante abdica. Porque o "1%" que o PS referiu era o 1% dos 5% que a autarquia se propõe recolher, com base na Lei.

A oposição não fez contas.

Se 5% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Amarante representa 1.428.541,00€, isso significa que em 2020 o total de IRS cobrado a contribuintes amarantinos é de 28.570.820,00€. Logo, o que o PS propõe, sem sequer ter feito as contas para isso, ou sem sequer o ter indicado, é que o Município abdique de 285.708,20€ (esse é o valor do 1%) e recolha 1.142.833,00€ (correspondentes a 4%).

Fica claro o desleixo de quem se diz rigoroso. O descuido de quem se diz mais cuidadoso.

Não fica muito mais para dizer quando uma proposta que deveria ser séria é apresentada sem fundamentação real.

Mas ficam umas dúvidas: acharia o PS que devolver 14.285,41€, divididos por todos os contribuintes amarantinos, seria de um impacto assim tão positivo? Aparentemente, parece que sim, se atendermos à redação do que propuseram.

Ou não terão, eventualmente, pensado sobre isso. E nesta parte já acredito mais.

Acredito mais porque, como vos disse inicialmente, vim aqui falar-vos de decoção e design. Não é que entenda muito do assunto, mas está claro que a oposição entende. Entende tanto que o que importa é produzir belos slogans propagandistas e

desenhá-los com arte, pompa e circunstância, para um painel decorativo a afixar nas laterais de uma rotunda.

Imagino o quão bela poderá ficar esta proposta, pintada à PS, num cartaz na Rotunda da Vinha, eventualmente num tom dourado, com detalhes rosados, puxando à grandiosidade que seria uma proposta que serviria para melhorar em muito a vida das famílias de Amarante. Porque é claramente esse o estilo que a oposição tem querido imprimir.

Contudo, depois olhamos com mais atenção e notamos o quão borratada ficou aquela pintura, nascida duma proposta de contas mal feitas, se se verificar que realmente se enganaram; ou de números ridiculamente insignificantes se acharam que realmente os pouco mais de 14 mil euros, que mencionam, divididos por todos contribuintes amarantinos seriam impactantes.

Quando o que importa é fazer política para o cartaz, dá nisto”.

### **HUGO CARVALHO - PS**

No uso da palavra disse: “Com alguma criatividade, procurando as metáforas, quero dizer-te que tiraste o curso de pintura recentemente, porque quando tinhas importantes responsabilidades na oposição no Executivo municipal votaste para terminar com a taxa de direitos de passagem por entenderes que era um encargo para os amarantinos. Parece que taxa de direitos de passagem anda à volta dos 14.000 euros que referiste. Deves ter feito um workshop rápido de pintura e que estás hoje com muito mais qualidade. Eu acompanho os argumentos, mas o que interessa é analisar esta proposta. Não adianta, vir para aqui dizer que os mais pobres não pagam IRS e que esses não iriam ter benefícios com essa proposta. A verdade é que se nós entendermos que quem ganha mil euros por mês é uma pessoa rica, esta é uma proposta que chega à classe média. O objectivo aqui é o seguinte: há duzentos e trinta municípios no país que devolvem o IRS à sua população. Há municípios que devolve 2,5%, 3%, 4%, e até quem devolva a totalidade os 5%. Aquilo que o PS propôs, porque é responsável é que a Câmara de Amarante devolvesse 1%. Depois de devolver 1% e tivesse condições de poder evoluir para os 2%, avançaria de forma responsável para esse valor. Esse dinheiro é muito importante, particularmente no ano que vamos agora entrar, poder ter na devolução do IRS a devolução do valor resultante desse 1%, daquele que foi o seu IRS líquido. Haveria certamente muitos Amarantinos que iriam receber mais cinquenta ou cem euros no acerto de contas do IRS. Isso é particularmente relevante. O PSD não acompanhou a proposta e está no seu direito, mas achamos que neste ano devia ter havido mais sensibilidade para aprovar a proposta. De forma responsável o PS propunha 1% e não 5%. Se quiséssemos que a proposta fosse chumbada e fazer um outdoor com ela, colocávamos os 5% e dizíamos que a autarquia não devolvia o IRS.

### **CARLOS CARVALHO – PSD**

No uso da palavra disse: “Venho só dar mais uma “pincelada” rápida para dizer que até posso compreender o argumento, mas aquilo que tantas vezes é pedido, que é o rigor na informação, o PS continua a não o ter, porque não fez as contas. Apresentou uma proposta para a qual não fez as contas. Logo por aí fica manchada a pintura. Além disso, se o IRS vai ser devolvido, vai ser devolvido na proporção daquilo que as pesso

as pagam. Vai ser mais devolvido a quem pagou mais e por isso é uma medida que no final vá realmente contribuir em grande parte para aquilo que são as necessidades das famílias em Amarante. Eu, no quadro atual em que estamos, porque vocês apresentaram sem saber uma proposta que prejudicaria o município em perto de duzentos e noventa mil euros num ano, eu acho que esse dinheiro é muito melhor investido pelo município nas ajudas às famílias, nas isenções de taxas que tem atribuído, ou nas obras de proximidade que tiver de fazer. Não há dúvida nenhuma; são factos. O PS não fez as contas para a proposta que apresentou e se as fez, fê-las mal. Depois, não iria beneficiar as famílias que mais precisam, mas sim, aquelas que mais pagam, porque vai receber mais quem paga mais”.

#### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse: “Pensei que o PS viesse aqui corrigir a proposta porque de facto o erro é clamoroso. Catorze mil euros para duzentos e oitenta e cinco mil provam que, como disse o senhor deputado Carlos Carvalho, devia haver nestas contas algum rigor e alguma responsabilidade, face ao tamanho do erro. Nesta conjuntura é necessário ajudar quem tem mais dificuldades. Aliás, o Governo PS também não diminuiu o IRS, fez aquela ilusão de reduzir as taxas de retenção na fonte para criar a ilusão de mais alguns euros no bolso das pessoas, mas já em 2022, como não há eleições implicará um menor reembolso e um maior pagamento. É a tal ilusão que de vez em quando vão fazendo. Vamos votar a favor esta proposta”:

Como não havia mais nenhum deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra: 16 Abstencões: 0 (zero), Votos a favor: 30** . Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

#### **PONTO Nº 10 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – FIXAÇÃO DE TAXA DO IMPOSTO RELATIVO A 2020**

Relativamente a este ponto, usou da palavra o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO**, do PS, que disse que a bancado do PS se irá abster relativamente a este ponto, uma vez que foi apresentada uma contraproposta em sede de reunião de Câmara que foi aceite parcialmente e falo do IMI familiar, e portanto, como aceite parcialmente vamos votar pela abstenção”.

Como não havia mais nenhum deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra: 0 (zero), Abstencões: 15, Votos a favor: 30**. Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

#### **PONTO Nº 11 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA 2020**

Relativamente a este ponto inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

**CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse: "É bem conhecida a visão e a orientação do PS relativamente a esta matéria procurando promover sempre o nosso concelho, e portanto, o voto vai ser obviamente contra. De referir que também apresentamos uma contraproposta na reunião de Câmara".

#### **VITOR BRIGA REI - PSD**

No uso da palavra disse: "Começo por estranhar esta deriva liberal do PS de Amarante a que já nos vimos habituando e hoje aqui já verificada quanto à questão do IRS e agora na derrama. Em 2019, dos 18 municípios do distrito do Porto, grande parte deles até governados pelo PS, aplicaram a taxa de derrama. Muitos deles até com taxas superiores a 1,5%. A derrama constitui uma importante fonte de financiamento para que o reforço que aqui em Amarante está garantido seja usado na criação de áreas de acolhimento empresarial e para a promoção do desenvolvimento empresarial. De referir que esse valor varia em função dos resultados financeiros das empresas, incidindo sobre os lucros tributários e como é lógico só pagará derrama quem tiver lucro. É estranho porque o PS, um defensor da redistribuição do rendimento venha aqui defender posições claramente contrárias às suas posições históricas. Não vemos qualquer razão para que esta proposta não seja aprovada".

#### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse: "Quero que fique registado que o PSD não vê qualquer inconveniente em que num ano extremamente difícil para as empresas seja aplicada às poucas que ainda conseguem manter alguma atividade que a atividade é pagar um imposto e não salvar postos de trabalho. Portanto, fica aqui claro que é esse o posicionamento do PSD. Mas quero também deixar uma nota, porque foi dita aqui uma imprecisão quando se disse que vários concelhos do distrito do Porto governados pelo PS, aplicam derrama, também convém dizer que muitos desses a aplicam por obrigação e para terem equilíbrio financeiro e não eram governados pelo PS quando chegaram a essa situação de falência técnica".

#### **ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ**

O senhor Presidente da Junta no uso da palavra disse: "Nós todos percebemos este número o PS. Com alguma propriedade quero falar um pouco sobre a derrama. A derrama é um imposto que incide sobre o lucro tributável das empresas, quero dizer-vos que em mais de 25 anos que levo a trabalhar com empresas e com empresários, não encontro um que seja que se tenha preocupado até hoje com este imposto. Não há um único empresário que tenha decidido deslocalizar a sua sede, ou instalar a sua sede num concelho em detrimento de outro que tivesse derrama. Ao longo destes anos todos, no distrito do Porto, apenas era Amarante, Baião, Lousada e Póvoa de Varzim que não tinham derrama e portanto, nós conhecemos o histórico. Não foi por isso que Amarante tem mais empresários ou mais empresas ou mais parques empresariais que outros. Muitos dos outros, que sempre a aplicaram, ainda fazem a bandeira muitas vezes para captar investimento, que isentam os empresários da derrama. Deixe-me dizer-lhe senhor deputado Hugo Carvalho, que os empresários estão muito mais preocupados com a burocracia excessiva do estado, com o atraso excessivo do estado em obterem respostas. Por exemplo, uma empresa que tenha a pagar 10.000 euros de IVA,

que não o consiga pagar de imediato porque tem dificuldades de tesouraria, muitas vezes provocada por dívidas do estado para com ela, vai pagar 30% de coima desse valor, três mil euros. Sabe quanto é que uma empresa que tenha de pagar três mil euros de derrama, terá de ter de lucro? Trezentos mil euros. Portanto, há coisas muito mais importantes do que abdicar da taxa de derrama que era o ideal, porque isso todos nós sabemos. Agora, não é esta questão que faz com que Amarante tenha mais ou menos empresas ou mais ou menos zonas industriais”.

#### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse: “A inexistência da derrama em Amarante não foi factor diferenciador ao contrário do que diz a proposta do PS. Tivemos quase vinte e sete anos sem derrama e afinal houve ou não mais fixação de empresas em Amarante? Houve mais investimento em Amarante? Não houve. Ao longo dos mandatos do PS em Amarante a ausência de derrama foi algum factor diferenciador para a fixação de empresas em Amarante? Depois, é um imposto que incide sobre lucros superiores a cento e cinquenta mil euros e não abrange micro empresas, nem comércio. Os municípios vizinhos também têm taxa de derrama. Incide sobre o lucro e nesta altura até pode ter alguma componente de solidariedade no sentido da receita prevista poder servir para ajudar famílias e empresas com dificuldades. Conforme também aqui já foi dito pode servir para ajudar a criar áreas de acolhimento empresarial. Estas sim, teriam sido um factor diferenciador se tivessem sido criadas em Amarante. Foi mais um investimento que foi deixado para este Executivo. É engraçado, que o PS nesta proposta até já argumenta com “*a manutenção da boa situação financeira*”. Portanto, afinal este executivo também está a manter uma boa situação financeira, o que é bom. Perante tudo isto, eu sugiro que a bancada do PSD vote a favor da proposta”.

Como não havia mais nenhum deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **Votos contra: 16, Abstenções: 0 (zero), Votos a favor: 30**. Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

#### **PONTO Nº 12 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM**

Relativamente a este ponto inscreveu-se para usar da palavra o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO** do **PS**, que solicitou à Mesa que os pontos da Ordem de Trabalhos, números 12, 13, e 14, dado o adiantado da hora fossem votados em simultâneo, sendo que o grupo parlamentar do PS os votaria todos favoravelmente.

O senhor Presidente colocou a proposta verbal a toda a Assembleia, que de imediato concordou que todos os pontos fossem então votados em simultâneo.

O ponto acima descrito foi então votado de imediato. Tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi votado também votado em minuta por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

De seguida, foram votados em simultâneo os pontos 13, e 14 sendo que o ponto número 13 - **ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REVOGA-**

**ÇÃO DO REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DO QUEIMADO, foi aprovado por UNANIMIDADE.**

O ponto número 14 - **ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE AMARANTE AO EIXO ATLÂNTICO DO NOROESTE PENINSULAR, foi aprovado por UNANIMIDADE.**

Os pontos da ordem de trabalhos acima referidos foram também aprovados em minuta por **UNANIMIDADE**, para assim poderem produzir efeitos imediatos.

Antes de dar por encerrados os trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, em seu nome e em nome dos seus Secretários, agradeceu alguma urbanidade e acima de tudo o respeito pela democracia com o desejo de que todos tenham o melhor Natal possível e que o ano que vem a seguir, seja uma não de vitória para nós. Deu de seguida a palavra ao senhor deputado **ANTONIO ARAUJO**, e ao senhor deputado **HUGO CARVALHO**. Assim, o senhor deputado António Araújo, desejou um bom Natal a todos os senhores deputados e suas famílias, à comunicação social, ao público, à Mesa da Assembleia, ao senhor Presidente da Câmara, desejando que para o ano possamos estar aqui com outro espírito porque tudo vai correr bem. Usou de seguida a palavra o senhor deputado **HUGO CARVALHO**, que disse que queria desejar boas festas a todos, queria também lembrar ao senhor Presidente da Assembleia que era preciso votar em minuta para efeitos imediatos os pontos anteriores. Tal foi feito de imediato.

Usou de seguida a palavra o senhor deputado **MOURA E SILVA**, que disse que era seu desejo que esta quadra natalícia seja vivida com paz, saúde e que o próximo ano traga tudo de bom.

Por último usou da palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse fazer suas palavras de todos aqueles que o antecederam. Este é um natal diferente, mas não deixa de ser um natal de família e por isso, apesar de algumas restrições haja alegria no seio daqueles que vão estar ao nosso lado. Eu acho que é importante que as pessoas sintam um abraço caloroso, mesmo sem o abraçar de facto, porque são importantes as palavras de carinho, as palavras de amizade para com aqueles que estão mais frágeis. Para eles todos, para vós todos, para todos aqueles que este ano não puderam vir à sua terra para festejar com os seus, vai um grande abraço de solidariedade de todos nós e espero eu 2021 seja o ano de todas as realizações pessoais e profissionais de todos nós, mas acima de tudo muita saúde que é aquilo que infelizmente hoje temos de pedir. Um bom natal a todos.

Terminada que estava a discussão de todos os pontos da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos quando eram treze horas. Da presente reunião foi lavrada esta ata que depois de aprovada e assinada pelo senhor Presidente da Mesa e pelos seus Secretários

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

O PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL - MINUTA DE APROVAÇÃO

**ASSUNTO: APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 12 DE DEZEMBRO DE 2020**

A Assembleia Municipal de Amarante, reunida em sessão Ordinária realizada em 27 de Fevereiro de 2021, deliberou aprovar por Maioria/Unanimidade (a) o ponto da Ordem de Trabalhos, acima descrito em assunto, com a seguinte votação:---

**VOTOS A FAVOR** 49; **ABSTENÇÕES;** 0 **VOTOS CONTRA** 0

No ato da votação estavam presentes 49 elementos dos Grupos Municipais com assento na Assembleia Municipal.-----

Justificaram o seu voto os senhores:-----

**Esta Minuta produzirá efeitos imediatos e foi aprovada na data acima mencionada por Unanimidade.**-----

Amarante/Assembleia Municipal, 27 de Fevereiro de 2021

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** [assinatura]

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO** [assinatura]

**O SEGUNDO SECRETÁRIO** [assinatura]